



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1927/05	DATA: 29/11/2005
INÍCIO: 10h55min	TÉRMINO: 16h58min	DURAÇÃO: 06h03min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h42min	PÁGINAS: 110	QUARTOS: 46

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS – Testemunha.
CÉLIO MARCOS SIQUEIRA – Testemunha.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento de Dom Antônio Celso de Queirós – testemunha arrolada pela defesa, no Processo 11/05 – Representação 47/05, instaurado contra o Deputado José Mentor. Tomada de depoimento do Sr. Célio Marcos Siqueira - testemunha arrolada pelo Relator, Deputado Chico Alencar, no Processo 18/05 – Representação 55/05, instaurado contra o Deputado Wanderval Santos.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há expressão ininteligível.
A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Srs. Deputados, declaro aberta a 67ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Encontra-se sobre a bancada cópia da ata da 66ª reunião...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Pois não, Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Tendo havido a distribuição com antecedência, eu requeiro a V.Exa., ouvido o Plenário, a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Os Srs. Deputados que forem favoráveis à dispensa da leitura da ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADA.

Os que forem favoráveis à ata da 66ª sessão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADA.

Ordem do Dia.

Comunicamos aos Srs. Deputados que recebemos, na tarde de ontem, solicitação de adiamento dos depoimentos dos Srs. Jacinto Lamas e Carlos Rodrigues, previstos para serem realizados na data de hoje. Essas testemunhas foram arroladas pelo Relator do Processo nº 18, de 2005, instaurado contra o Deputado Wanderval Santos.

Srs. Deputados, esta reunião foi convocada para tomada de depoimento do Sr. Dom Antônio Celso Queirós, testemunha arrolada pela defesa do Deputado José Mentor, representado no Processo nº 11, de 2005, e o Relator é o Deputado Edmar Moreira.

Comunico que esta reunião terá prosseguimento à tarde, às 13h30min, com a oitiva do Sr. Célio Marques Siqueira, testemunha arrolada pelo Deputado Chico Alencar, Relator do Processo nº 18, de 2005, instaurado contra o Deputado Wanderval Santos.

Haverá também reunião na quarta-feira, dia 30, às 14 horas, com a seguinte pauta: testemunhas arroladas pela defesa do Processo 11, de 2005, do Deputado José Mentor: Paulo Roberto Falcão Ribeiro, Rubens Approbato Machado e Jacinto



Lamas, este testemunha no Processo n.º 18, de 2005, instaurado contra o Deputado Wanderval Santos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, eu tinha arrolado também as testemunhas do processo, são essas que existem nos processos disciplinares do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados. Existem testemunhas do processo, que contribuem para o seu bom êxito, para que tudo seja dirimido. Não há testemunha de acusação nem de defesa. Espero em Deus que os Ministros do Supremo estejam, por alguma iluminação de vida, inspirados por Dom Antônio Celso, nos ouvindo. E eu pedi, por óbvio, esses esclarecimentos. Como eles não são convocados, Ministros, eles não são convocados, são convidados, assim como Dom Antônio Celso aqui, que nos honra muito, duas testemunhas importantes para o processo, eu fui surpreendido com a notícia de que não virão; e não virão, um por razões particulares e o outro alegou que o advogado não poderia vir. Então, nós ficamos à mercê da boa vontade dos convidados. Por isso esse processo é só judicialiforme, e não judicial. Por isso a oitiva da Sra. Kátia Rabello, no processo do José Dirceu, foi feita naquele momento em que lhe bem aprouve vir aqui e mais: os advogados participaram da oitiva e até fizeram questionamento à Sra. Kátia Rabello.

Portanto, o pleno direito de defesa, como aqui e em outros processos, está sendo assegurado. Nós é que não temos pleno direito de apurar tudo de acordo com o que nós gostaríamos, porque o Conselho tem essas limitações. Eu quero lamentar também a pouca contribuição cidadã do Sr. Jacinto Lamas e do ex-Bispo, ex-Deputado Carlos Rodrigues. Eles podiam nos ajudar e, como acordado até ontem, às 18 horas da tarde, estarem aqui hoje. Prejuízo para o Relator, que nunca será um delator. Nenhum Relator aqui é delator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Esta Presidência concorda integralmente com V.Exa. Eu gostaria de repetir que aqui nós não temos testemunha de defesa e nem de acusação. Temos testemunhas do processo.



Além disso, eu gostaria de comunicar que está presente o advogado do Representado Deputado José Mentor, o Dr. Aldo Costa.

Para o bom andamento dos trabalhos, os procedimentos adotados para esta reunião são os seguintes: inicialmente, o Relator, para as perguntas a Dom Antônio; posteriormente, o Representado ou seu advogado e, em seguida, eu chamarei os Deputados inscritos para fazer os questionamentos.

Então, inicialmente, com a palavra o Deputado Edmar Moreira para fazer as perguntas a Dom Antônio.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO – Sr. Presidente, V.Exa. e o nobre Relator me permitem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Pois não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO – Eu levantaria uma questão: se o nobre Dom Antônio Celso tem conhecimento dos fatos que são atribuídos ao ilustre Deputado José Mentor, que são fatos do processo. Caso contrário, talvez fosse interessante que o eminente convidado pudesse usar da palavra. Talvez traga um depoimento do conhecimento que tem sobre a pessoa do Deputado José Mentor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Eu já ofereci a palavra a Dom Antônio, ele achou interessante que começasse com o Deputado Edmar Moreira fazendo as perguntas.

Com a palavra o Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA – Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar; Srs. Conselheiros; Reverendíssimo Bispo Dom Antônio Celso de Queirós...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA – Não é via medida provisória, é da Igreja Católica. Bem lembrado, Deputado Chico Alencar.

Nobre Deputado José Mentor, Representado neste processo... Sr. Presidente, a primeira preocupação que me aflige é que eu não submeti, hoje, ao Supremo Tribunal Federal, em particular a S.Exa., o Ministro Nelson Jobim, como devo conduzir aqui os meus questionamentos, as minhas perguntas.



Então, de início, eu quero me redimir porque, evidentemente, eu entendo que tem sido uma falha não nos submetermos a esse monitoramento indevido. Mas fica aí o meu registro.

Reverendíssimo Bispo Dom Antônio Celso de Queirós, com certeza, nós temos uma honra muito grande — e quando eu falo nós é a Câmara dos Deputados — pela sua presença aqui no Conselho de Ética, por tudo o que, com certeza, o senhor representa.

Eu me recordo, Deputado Nelson Trad, eu fui criado no interior, num distrito, e a minha avó era responsável pela paróquia, era professora — na época, nós dizíamos que era ela que encomendava os defuntos. O padre deixava para nós água benta e ia lá de 90 em 90 dias. Então, a minha avó era esse misto. E eu, Edmar, fui coroinha, à época, eu batia sino também, é uma história. Eu estou dizendo isso com muito respeito porque quando o bispo ia ao distrito — era muito raro, às vezes, de 2 em 2 anos, de ano em ano — era realmente uma festa. E o bispo de Juiz de Fora, na época, recordo-me, o então Dom Justino de Santana...

O SR. DEPUTADO MAURO BENEVIDES – Era uma visita pastoral, de 2 em 2 anos, que ele fazia.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA – Mas era festa para o distrito, porque, não que o bispo comesse muito, mas ele tinha fama de comilão. Então, o pessoal do distrito se cotizava e faziam aquele almoço. Nós aguardávamos, com muita expectativa, primeiro, pela presença dele lá onde o pessoal ia ser batizado onde o pessoal ia ser batizado e tudo. Então, eu fui criado nesse sistema e, com certeza, a presença de V.Revma. hoje, absolutamente, não me constrange. Mas eu tenho um respeito muito grande — e nós não podemos desassociar isso do nosso foro íntimo, ainda que a gente queira exteriorizar isso. Então, eu quero inicialmente pedir a V.Revma. que me desculpe se de repente eu fui impertinente verbalmente; se alguma pergunta que eu lhe fizer estiver em desacordo. Ato contínuo, eu me submeto a qualquer penitência que V.Revma. julgar absolutamente necessária.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Não pode condenar o Relator.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Isto posto, como é de hábito, eu vou ler apenas o objeto desta representação. Com certeza os senhores já sabem



por que nós estamos reunidos. Outro dia ouvi o Deputado Chico Alencar, com muita sabedoria, dizer: “*esta relatoria*”. Quer dizer, foi um modo inteligente de S.Exa. dividir responsabilidade com todo o mundo, com todo este Conselho. E com certeza é isto: ninguém é o Relator, é o dono da verdade. Eu entendo que o Relator é apenas aquele que faz o dever de casa, que tem de ir à procura de certos detalhes que ainda não estão à mostra, mas com certeza a decisão soberana é do Plenário deste Conselho. E, com certeza, vou submeter-me à decisão, qualquer que seja, em relação àquilo que nós apurarmos.

“Representação nº 047, de 2005. Processo nº 11, de 2005, da Câmara dos Deputados:

“Abstrai-se dos documentos encaminhados a esta Relatoria, pela Presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, que informações enviadas pelas CPMIs revelam que o Deputado José Mentor recebeu, por intermédio do seu escritório de advocacia, a quantia de 120 000 reais da empresa 2S Participações, pertencente ao Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza.

Consta da documentação relativa ao Deputado o registro do cheque nº 0643, Agência Tamoios, Belo Horizonte, de titularidade da 2S Participações, no valor de 60 mil reais, em 27.06.2004, e depositado na conta do escritório do Deputado José Mentor.”

Então, Sr. Bispo, em outras palavras, estamos encarregados de fazer a apuração acerca desses 2 pagamentos.

A primeira pergunta que faço a V.Revma. é a seguinte: Sr. Bispo Dom Antônio Celso de Queirós, eventualmente, em razão de ministério, por analogia ao art. 207 do Código de Processo Penal, encontra-se desimpedido pelo Representado, Deputado José Mentor, no todo ou em parte, para prestar depoimento?

Vou ler o artigo do código:

“Art. 207: São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão devam



guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar seu testemunho.”

Esta é a primeira indagação que, respeitosamente, faço a V.Revma.

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Antes de responder à pergunta do Sr. Relator, eu queria saudar o Sr. Presidente, o Sr. Relator, os Srs. Deputados conselheiros e todos aqui presentes, as senhoras e os senhores. Eu imagino que não é fácil a missão dos senhores. Imagino, inclusive, que não é fácil e não é leve, porque às vezes a missão é difícil mas enche a gente de satisfação, outras vezes a missão é difícil e a gente sai às vezes até meio amargurado por ser obrigado a cumpri-la. Então, feita essa saudação, também quero dizer que estou aqui de livre e espontânea vontade, a convite do Deputado José Mentor, e quero colaborar para que a verdade apareça em toda a sua dimensão. Não tenho impedimento nenhum de consciência. Teria se o Deputado talvez tivesse se confessado comigo. Mas não foi o caso. Então, não tenho impedimento de consciência nem impedimento moral que me impedissem de responder a qualquer pergunta que for feita aqui.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Agradeço a V. Revma. a resposta, mas com certeza a pergunta foi apenas uma formalidade, e o senhor foi muito objetivo ao respondê-la.

Se o depoente, o Revmo Bispo Dom Antônio Celso de Queirós, confirma que é o atual Vice-Presidente da CNBB e assinou o texto que será lido em seguida, publicado no *site* denominado “*Adital — Notícias da América Latina e Caribe*”, eu apenas... Com certeza também queria esclarecer a V.Revma. que estou citando a CNBB, que é a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, que, com certeza, na minha ótica, é uma Confederação de uma magnitude e de uma importância, primeiro, pela composição dos seus pares, segundo, pela sua seriedade. E, em não fazendo nenhuma crítica e, de repente, é uma crítica, eu só lastimo que a CNBB, às vezes — com certeza essa minha declaração é por não ter conhecimento de causa —, deveria ser mais atuante em certos fatos de ordem política, porque assim as coisas talvez estivessem marchando de outra forma. Faço isso ensejando, pelo que considero da CNBB, que ela o faça.

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Obrigado.



O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Passo a fazer uma leitura, a meu ver muito importante. Tomei conhecimento dessa carta recentemente, mas creio que aqueles que não têm conhecimento vão gostar do conteúdo. E não podia ser diferente, porque vem assinada, vem com a chancela da CNBB e com a chancela de V.Revma.

“ A verdade vos libertará ” (Jo 8,2)

CNBB

Adital -

A nossa Pátria vive momentos de grande sofrimento. As instituições políticas do País estão sendo duramente atingidas. Reiteradas denúncias de corrupção perpassam vários níveis do Poder Público. Cresce a indignação ética que nasce da consciência da violação de valores fundamentais da nossa sociedade. A democracia não subsiste à corrupção.

O povo brasileiro precisa recuperar a esperança — pela apuração da verdade dos fatos, pela restituição dos bens públicos subtraídos — numa colaboração eficaz para a real purificação de nossas instituições.

O dia 7 de setembro já faz parte da nossa cultura como apelo a sermos sujeitos da nossa história, completando a nossa independência e a nossa soberania. A mãe Pátria espera de todos nós decisões corajosas para uma renovada face de nossa democracia.

No mundo que caminha, cada vez mais, para um pensamento único, somos chamados, pessoas e comunidades brasileiras, à co-responsabilidade pela construção de uma nação com identidade própria, valorizando as riquezas de nossas origens culturais.

“A atual crise está levando o povo ao descrédito da ação política. Instaurada pela revelação de práticas ilegais, ela reflete um mal antigo de natureza política, do



qual os desvios éticos são sintomas significativos. A cultura da corrupção, alimentada por corporativismos históricos, tem utilizado as estruturas de poder para o benefício próprio, substituindo o debate de idéias por projetos de poder.

Por isso, a crise que nos invade está desafiando o País para um novo Projeto de sociedade que contemple as reais necessidades da população, sobretudo dos mais empobrecidos, nestes tempos de profundas transformações.

As grandes mudanças das últimas décadas, como a terceira revolução industrial e a ampliação crescente da globalização, estão tendo sérias repercussões políticas e econômicas, concentrando rendas e diminuindo as possibilidades de trabalho. Assistimos ao enfraquecimento do Estado-Nação e a transformação das relações entre capital e trabalho.”

Eu tenho para mim, Reverendíssimo Bispo, que para quem a carapuça servir que a vista. Eu acho que esta mensagem da CNBB é a carapuça para esta Casa. Vou continuar a leitura.

“Um clamor específico está emergindo em meio a esta crise: uma radical reforma do atual sistema político. Não podemos deixar passar este momento sem realizar uma profunda reforma política. Precisamos assegurar a fidelidade partidária, aprimorar os institutos da democracia representativa e favorecer a democracia participativa e deliberativa. O Projeto de lei, em tramitação no Congresso Nacional, para a regulamentação do art. 14 da Constituição Federal, nos oferece esta possibilidade de participação por meio de referendos, plebiscitos e conselhos, em todos os níveis de decisão.



Mais do que nunca precisamos valorizar a lei nº 9.840, assegurando sua aplicação rápida e severa, possibilitando a lisura das campanhas eleitorais contra a corrupção eleitoral.”

Isso aqui está no bojo de todas essas CPMI's da vida. É isto que a CNBB, com certeza, aqui está cobrando.

“A experiência de participação popular na política por meio de movimentos sociais, sindicatos, pastorais sociais e partidos políticos é uma conquista e um patrimônio histórico do povo brasileiro, não pode ser perdida pela ação nefasta de políticos que buscam o poder e vantagens pessoais a qualquer custo.”

É uma pena que está terminando.

“Queremos, nesse sentido, estimular os cristãos que, em nome da sua fé, se engajaram no mundo da política, dizendo-lhes que vale a pena se doar por uma causa que nos ultrapassa: a política, pode ser uma forma de exercício de um amor maior.

O povo brasileiro já deu, ao longo de sua história, muitas provas de energia e capacidade de superar crises. A atual crise política poderá se tornar uma ocasião de amadurecimento das instituições democráticas do País, de comprometimento maior com a verdade que nos liberta e de luta por um Brasil justo, solidário e livre, onde 'justiça e paz se abraçarão'.

Confiamos nas suas convicções éticas e cristãs, capazes de sempre se reanimar e se levantar com mais coragem e esperança. Está em nossas mãos a mudança do Brasil.

A pedido do episcopado católico do Brasil, o dia 07 de setembro deste ano seja ocasião para especiais orações pela nossa Pátria.



Deus nos proteja!

Nossa Senhora Aparecida interceda por nós.

Assinam: Cardeal Geraldo Majella Agnelo, Arcebispo de São Salvador da Bahia, Presidente da CNBB; Dom Antônio Celso de Queirós, Bispo de Catanduva, SP, Vice-Presidente da CNBB; Dom Odilo Pedro Scherer, Bispo Auxiliar de São Paulo, Secretário-Geral da CNBB.

Se o senhor quiser fazer algum comentário acerca dessa mensagem da CNBB, por favor.

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Eu acho que a CNBB tem tido, a Igreja no Brasil, a Igreja Católica tem tido uma preocupação muito grande com o aprimoramento político da nossa sociedade. Acho que todos que estão aqui se lembram da nossa luta no tempo da redemocratização, da luta contra a ditadura, contra todos os processos discriminatórios, contra o fechamento do Congresso, contra a liberdade de imprensa etc. Agora, nós temos tido o cuidado de sempre falar para o povo que o acontece num episódio de corrupção não é o mais grave. O mais grave é uma certa cultura de corrupção que pervade não só a vida política, mas a vida social do Brasil. Eu costumo brincar com o povo e dizer: “Quem de vocês não ofereceu uma propina para um guarda rodoviário que o parou para multar?” Isso é corrupção, isso é corromper e corromper o irmão. Então, nós temos tido um cuidado muito grande de mostrar que o que está acontecendo atualmente não é um trovão no céu azul, um relâmpago no céu azul, é o resultado daquilo que faz um pouco parte da nossa cultura, a cultura do jeitinho, a cultura de querer levar vantagem. Por outro lado, nós temos procurado ter um cuidado, Srs. Deputados, de mostrar que a política é uma nobre ação, porque o nosso medo é que o povo acabe desacreditando de uma vez da ação política. “Então, já que é assim, já que é tudo corrompido...”. Mas não é tudo corrompido. Outro dia, falando em Aparecida, eu me choquei com um representante da política no Brasil. Entra lá um grupo de Deputados com uma maleta na mão, referindo-se ao episódio da maleta cheia de dinheiro. A primeira coisa que eu falei na minha homilia foi: “Olha eu vou convidar vocês, e gostaria que todos os políticos que estivessem ouvindo, a dar uma salva de palmas para os verdadeiros e bons políticos que existem no Brasil.” E aquele povo estourou numa salva de palmas em Aparecida. Claro, porque senão nós projetamos



uma imagem de política que não é a verdadeira. Então, nós temos tido esses dois cuidados. Agora, a cada momento, a cada episódio, a gente procura dar força para aqueles que estão encarregados — no caso aqui os Srs. Deputados do Conselho de Ética, a Câmara — para saber que não estão sozinhos lutando, mas que a Igreja está do lado e quer colaborar. E também é este um dos sentidos da minha vinda aqui. Eu jamais diria não, se eu posso colaborar de alguma maneira para o aprimoramento da Justiça e das instituições políticas do País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Edmar.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Reverendíssimo Sr. Bispo, a presença de V.Exa. nesta audiência representa a posição da CNBB em relação ao caso sob apreciação deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar? Com certeza, o senhor já respondeu anteriormente que está vindo aqui na pessoa de amigo, de conhecido, de convidado do José Mentor, mas mesmo assim nós gostaríamos de ouvi-lo para ficar registrado.

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Eu estou aqui realmente convidado pelo Deputado José Mentor. A Presidência da CNBB não fez uma reunião para saber se eu devia vir ou não. Nós respondemos livremente, não é? A Presidência da CNBB nunca pegou o caso de cada pessoa que é acusada de corrupção e foi analisar se sim ou se não. A Presidência está muito consciente de que, num momento como este, muita coisa pode acontecer, muita justiça pode deixar de ser feita e muita injustiça pode ser cometida no conjunto dos acontecimentos. Então, eu estou aqui para dar a minha colaboração.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Eu apenas justifico essa minha pergunta porque eu tenho para mim que a pessoa de V.Revma. extrapola toda e qualquer função, mas também nós não podemos desassociar que o senhor atualmente é o Vice-Presidente da CNBB, pela importância, pelo que a CNBB representa. O intuito da pergunta foi apenas esse.

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - O Revmo. Bispo, na qualidade de Vice-Presidente da CNBB, organização esta que cobra do Ministério Público Federal CPIs, apurações severas, conforme amplamente veiculado pela imprensa, teria



algum conhecimento privilegiado para intervir no presente processo como testemunha arrolada pelo Representado, pelo nobre Deputado José Mentor?

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Acho que o único motivo que eu tenho, a única qualidade, se a gente pode chamar assim, é do grande conhecimento que tenho, e muito antigo, do Deputado José Mentor, de termos trabalhado juntos em toda essa área da justiça social, sobretudo do povo mais pobre, praticamente nos 25 anos em que eu fiquei em São Paulo, antes de vir para Catanduva.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Com certeza, a avaliação que eu, particularmente, tenho da pessoa do Deputado José Mentor, e também todos nesta Casa que o conhecem... Nós sabemos que ele é um homem sério, honrado, honesto, acima de tudo, um cidadão exemplar, chefe de família. Mas a ponderação que eu faço a V.Revma., ainda que seja apenas para efeito de constar, é que eu tenho de me ater ao objeto da representação e fazer essas indagações. Passo a fazê-las em seguida. Com certeza, V.Revma. não saberá respondê-las, mas eu vou fazê-las apenas para que tome conhecimento.

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Pois não, fique à vontade.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - O depoente, o Revmo. Bispo, sabe dizer se o Deputado José Mentor foi o Relator da CPMI do BANESTADO, que investigou conduta relacionada com evasão de divisas e lavagem de dinheiro?

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Eu soube pela imprensa, soube por declarações, não por contato pessoal com ele. Nessa época, eu não tive contato pessoal. E até hoje eu me pergunto realmente por quê. Lastimo que esta CPI não tenha chegado a um resultado conclusivo. E ainda espero que algo do que ela fez possa ser levado à conclusão. Mas eu realmente não tenho conhecimento dos detalhes disso aí.

Como eu sei que um dos grandes problemas nossos é evasão de divisas, é lavagem de dinheiro, é dinheiro de corrupção, de drogas, que está metida em tudo isso, desejaria imensamente que tudo isso ficasse mais claro.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Com certeza, esse é o desejo de todo o povo brasileiro.



Revmo. Bispo, poderia nos esclarecer o motivo de sua indicação como testemunha de defesa do Deputado José Mentor, ex-Relator da CPMI do BANESTADO, representado no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar por ter recebido a quantia de 120 mil reais das empresas de Marcos Valério Fernandes de Souza? Essa ficou prejudicada, pelo que o senhor já expôs anteriormente. O depoente saberia dizer se o Banco Rural foi alvo de apuração por parte da CPMI do BANESTADO? Primeira pergunta. Indago, ainda, se tem conhecimento de comprovação de envolvimento do Banco Rural em esquema de lavagem de dinheiro e remessa ilegal de divisas ao exterior, sendo tal fato mencionado no relatório da CPMI do BANESTADO, cujo Relator era o Deputado José Mentor.

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Da existência do Banco Rural, eu só soube quando começou todo esse problema. Inclusive, Banco Rural é uma coisa meio engraçada, porque parece que a vida rural não tem banco. Só que, hoje em dia, tem agronegócio, que precisa de banco, não é? Então, eu só soube disso. E só soube daquilo que a imprensa disse logo no começo, porque, também, ficou uma repetição, assim, um pouco enfadonha das coisas. Então, eu já não segui mais muito. Mas soube disso no começo.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Esta é outra pergunta que eu preciso fazer a V.Revma., e aguardo, então, o seu pronunciamento: o depoente tem conhecimento de que as empresas SMP&B e DNA Produções, ambas de propriedade do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, teriam envolvimento com o Banco Rural em supostas evasões de divisa e lavagem de dinheiro?

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Não, não sabia. Nunca soube disso.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - O conhecimento que o senhor tomou, com certeza, e que todos nós tomamos...

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Foi o que a imprensa falou.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Pela imprensa.

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Como tomei conhecimento também da resposta que o Deputado deu logo em seguida.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - O depoente tem conhecimento de que o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, cliente e sócio do advogado Rogério



Lanza Tolentino na empresa 2S Produções, agiu como facilitador ou representante do Banco Rural, durante as atividades da CPMI do BANESTADO, de junho de 2003 a fevereiro de 2005?

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Eu nem conhecia essas determinadas pessoas.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - O senhor não tem conhecimento? O depoente conhece ou já ouviu falar do escritório José Mentor Pereira Melo e Souza Advogados Associados, que tem como sócio o Deputado José Mentor?

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Eu conheço o Deputado José Mentor, como advogado, desde que cheguei em São Paulo. E desde os anos 79, 80 eu o conheço pessoalmente, encontrando-me com ele não assim numa relação de amizade íntima, em jantares. Eu fui uma vez à casa dele conversar com a esposa, que também é advogada, a respeito de um outro problema, que envolvia uma acusação contra um padre que teria tratado com muita energia uma criança que participava da escola paroquial, e a mãe estava muito preocupada — o que talvez até fosse verdade, porque esse padre era meio bravo mesmo, infelizmente, mais do que eu gostaria que fosse. Mas, com o Deputado José Mentor, eu tive muito relacionamento nos trabalhos, porque ele era um Deputado que defendia o povo, sobretudo na área da moradia, na área das favelas. E nós tínhamos ali, na Região Ipiranga, a Pastoral de Favelas e a Pastoral da Moradia. Tínhamos ali, inclusive, a maior favela de São Paulo, que é a favela de Heliópolis. Então, várias vezes eu me encontrei com ele. A partir da primeira vez... Aliás, eu nunca me esqueço disso. Poucas vezes a gente tem a oportunidade de dizer que conhece uma pessoa 1h da madrugada, defendendo os pobres da polícia. Foi nessa situação que eu conheci o Deputado José Mentor: 1h da madrugada, defendendo os pobres da polícia, que queria expulsá-los de onde eles estavam.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - É realmente um trabalho meritório. Outro dia, sobre isso, conversando com 2 advogados que se gabavam de defender, há muitos anos, os movimentos dos sem-terra, dos sem-teto, dos sem-banco etc. etc... Então me veio aquela pergunta: *“Mas, como é que você recebe honorários?”* Porque, realmente, é um trabalho assistencial, mas o advogado também tem de pagar. Quando o advogado não tem nada o que pagar, tem de pagar a inscrição



dele na OAB, senão não a renovam. Você se dedica *full time*, 24 horas, a essa defesa e não recebe? E nesses casos... Permita-me uma pergunta. O senhor pode ou não respondê-la. Os advogados que o senhor às vezes auxiliava eram para defender o pessoal da polícia? Eu não entendi bem.

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Veja bem, o advogado José Mentor nunca recebeu dinheiro do trabalho que fazia na Comissão de Direitos Humanos, na Comissão... na Pastoral da Moradia. Nós sabíamos que podíamos contar com ele a qualquer momento, sobretudo em um episódio assim, repentino. O que aconteceu, quando eu o conheci, foi que o povo... Havia uma área completamente abandonada. Depois eu soube que era uma área pública, cheia de mato e sujeira, completamente abandonada. Um grupo de favelados, que vivia na margem de um rio que vivia transbordando — rio, não; córrego de São Paulo —, uma noite resolveu entrar naquela área e construir ali os seus barracos. E a polícia, claro, foi chamada para expulsá-los dali. E nós chegamos. Ali eu encontrei, pela primeira vez, o Deputado José Mentor, que tinha sido também chamado pelos líderes do movimento dos sem-teto, dos favelados. Foi uma noite inesquecível para mim. E houve outros episódios assim, como uma vez também em que... Realmente nós vivíamos no tempo da ditadura. E, naquela época, a polícia era chamada a qualquer momento e sempre dava razão ao mais forte. Tudo era contra a segurança do Estado, tudo era contra o direito de propriedade. Então, foram experiências assim muito boas que nós vivemos, de luta pela justiça — não por interesse pessoal, mas por aquilo que a justiça é, isto é, um direito fundamental da pessoa humana.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - O depoente tem conhecimento de que o escritório José Mentor Pereira Melo e Souza Advogados Associados, que tem como sócio o Deputado José Mentor, nos meses de maio e julho de 2004, recebeu a quantia de 120 mil reais das empresas 2S Produções e Tolentino & Melo Assessoria Empresarial SC, que presta assessoria a empresas, inclusive jurídica, que tem como sócio o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, sob a alegação de contratação do primeiro para confecção de estudos jurídicos? É outra pergunta que diz respeito ao objeto da investigação. O senhor fique à vontade, mas, com certeza, o senhor não é obrigado...



O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Já falei que eu não tinha conhecimento disso. A gente não pode... Só li na imprensa isso aí.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Esta também, com certeza, fica prejudicada. É a penúltima. Eu vou lê-la. O depoente saberia dizer o que teria levado à contratação do escritório José Mentor Pereira Melo e Souza Advogados Associados, que tem como sócio o Deputado José Mentor, pelas empresas do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, à época investigado por evasão de divisas e lavagem de dinheiro, justamente quando o indigitado Parlamentar exercia o papel de Relator da CPMI do BANESTADO?

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Eu respondo da mesma maneira. Eu estranharia muito qualquer atitude em relação à ética do Deputado José Mentor por tudo o que conheço dele nesses últimos 30 anos, desde quando a gente se conheceu.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Nesta última pergunta, com certeza, faço uma avaliação, uma ilação, que a presença de V.Revma., como testemunha do Representado... Foi esse testemunho pessoal que o senhor deu sobre o cidadão, sobre o chefe de família, sobre o profissional José Mentor, o que, para nós, não foi muita novidade, mas, com certeza, veio somar, veio agregar a toda aquela avaliação pessoal que nós fazíamos dele. Mas, por outro lado, com certeza, e não poderia ser diferente, o senhor não é obrigado, e não seria obrigado... Até, se me permite a intimidade, o senhor não se prestaria a entrar no mérito do assunto que está sendo investigado. Infelizmente, esta Relatoria, Chico Alencar, não pode sair desse objeto, que já está absolutamente suspensivo e não interessa a este Relator.

E eu quero dizer aqui, de público, para o senhor, com a independência que me é peculiar, que há um constrangimento, como o senhor disse no início. Às vezes, o fardo é pesado, mas a missão vale a pena. E a recíproca, absolutamente, não é verdadeira. Às vezes, o fardo é leve, mas também a missão é aquela que nenhum de nós gostaria de participar dela. Então, não poderia deixar de dizer para o senhor, também, que está havendo... existe nesta Casa uma incompetência, se não generalizada, e uma falta de vontade e coragem política. Nós já estamos aí há 90 dias, 6 meses... Tem CPMI que já vai fazer o primeiro aniversário.



Então, nós vimos que, a exemplo do que eu... Sempre tive a oportunidade, como integrante da CPMI do BANESTADO, de que o José Mentor era o Relator, de alertá-lo e alertar o Antero Paes de Barros, então Presidente da Comissão: *“Não vamos partidizar a CPMI do BANESTADO, porque ela vai para o lixo”*. Desculpe-me, falei lixo, mas é para o arquivo, sei lá. E não deu outra. Eu não tinha, absolutamente, nenhuma bola de cristal.

Em relação a esse documento da CNBB, a população brasileira, o Brasil está na expectativa, está na espera de que, afinal de contas, algo venha à tona; de que, na pior das hipóteses, esta Casa tire lições de tudo isso que está acontecendo. Não pode continuar do jeito que está.

Quando eu falava sobre incompetência... Porque, às vezes, é a CPMI dos Correios, é a CPMI do Bingo, é a CPMI do Mensalão. Aí, vai para a Mesa da Câmara. Depois, eles mandam um rol daqui, com o nome das pessoas, mas não tem nada feito, nem investigado, nem aprovado. O que é isso?

Então, essas CPMIs funcionaram, digo isso aqui, proporcionalmente à mídia. Quando existia muito holofote... Onde está aquele pessoal que discursava no início, que subia na mesa? A coisa foi diminuindo proporcionalmente, e acaba não dando *quorum*.

Estou fazendo esta crítica... A carapuça não me serve, porque eu não sou Presidente de CPMI. Pertencço, com certeza — dizem que acabou na Casa, mas acho que não acabou —, ao baixo clero. Preciso fazer a ressalva, apesar de termos um alto clero hoje aqui conosco, não é? (*Risos.*) Mas o senhor sabe que é usada esta expressão “baixo clero” aqui. Não é uma expressão pejorativa. É para esse pessoal que realmente não tem mando, não tem nenhum comando, que fica aqui literalmente vendo a banda passar e a ver navios. Infelizmente, são as normas da Casa. Temos de modificar o Regimento.

Veja o senhor, um Conselho da importância do nosso, a que tenho a honra de pertencer, com a nossa Conselheira, representante feminina, a Deputada Angela, e os demais Conselheiros. Nós não podemos intimar, convocar o cidadão para vir aqui. Os outros convocam. Então, é convidado. *“Mas por que você não veio?” “Não, eu fui ver o Corinthians e o Internacional, não deu para chegar.”* Então, fica por isso mesmo. Acho uma brincadeira, um deboche. Infelizmente, meu caro Chico Alencar,



nós compactuamos com isso, porque quem consente... Não é, Orlando? Temos de mudar. Temos de rescrever este Conselho de Ética. E, se Deus quiser, não estarei aqui nem convocado nem convidado, quando terminar isso. Mas precisamos mudar o nosso Regimento, Sr. Presidente.

Sr. Bispo, de minha parte, dou-me por absolutamente satisfeito, fazendo esta última pergunta. Devo dizer que, além da honra de tê-lo conosco nesta Mesa... Apesar de não ter procuração dos Srs. Conselheiros e da Sra. Conselheira, tenho certeza de que há unanimidade nesse sentido. A presença de V.Revma. aqui hoje é muito importante para esta Casa. E o senhor está dando uma demonstração... Ao contrário de muitos que têm a obrigação e o dever de fazê-lo e aqui não comparecem. Acho que só a presença de V.Rvma., como Vice-Presidente da CNBB, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, é muito importante.

Em meu modesto nome, agradeço-lhe. Pergunto, finalmente, se V.Rvma. poderia contribuir com alguma informação que pudesse colaborar na apuração dos fatos sob apreciação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Reafirmo aquilo que disse rapidamente. Acho que temos de olhar para as pessoas a partir de sua história e não do que alguém disse sobre elas. Tudo o que eu conheço do Deputado José Mentor... E é muito o que conheço, porque nós convivemos juntos quase 25 anos, em São Paulo, no trabalho. E, volto a dizer, tem mais valor ainda, porque esse meu conhecimento não foi de amizade íntima, de jantares. Foi conhecimento de trabalho, de discussão, de conversas, de acompanhamento da vida. Tudo o que eu pudesse, digamos... O que eu conheço, da parte dele, torna absolutamente não crível para mim ou para alguém que eu conheça também uma acusação desse porte. Eu acho que uma pessoa que trabalhou sempre, inclusive de graça, pelo povo, pelo povo pobre, sem receber nada, não iria se sujar por causa de uns mil reais.

Quero só acrescentar uma coisinha, porque pode ser que alguém, depois, um dia levante isto: *“O senhor diz que não são amigos íntimos. No entanto, por iniciativa dele, o senhor é cidadão paulistano”*. É verdade! Eu sempre agradei muito a ele e aos Deputados da Assembléia. É um título que, certamente, eu não merecia, mas que a gente também não recusa, quando pessoas que reconhecem o pouco que a gente faz conseguem também levantar, assim, uma honra, um reconhecimento.



Eu lhes agradeço muito, sobretudo ao Sr. Relator pela delicadeza. Percebi que, às vezes, até se sentia meio quase que culpado de fazer uma pergunta. Acho que todos nós estamos aqui buscando a verdade maior, e a verdade maior não deve culpar ninguém. Agradeço-lhes muito.

De minha parte, era isso o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Informo ao Plenário que na lista de inscrição para debates, até o momento, só tem inscrita a Deputada Angela Guadagnin, a quem convido para fazer...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Obrigado pela correção.

Concedo a palavra ao advogado do Representado.

O SR. ALDO C. COSTA - Sr. Presidente, Sr. Relator, antes de mais nada, eu gostaria aqui, retomando a muito oportuna manifestação de V.Exa., Deputado Edmar, de aproveitar para renovar os agradecimentos por parte da Defesa, também, pelo pronto atendimento de V.Revma. Dom Antônio Celso, atendendo aqui o convite que lhe foi formulado, a fim de que pudesse prestar o seu testemunho, não em favor do Deputado José Mentor, mas em favor do processo que foi instaurado perante este Egrégio Conselho.

Aproveitando o questionamento que lhe foi colocado, eu gostaria de saber de V.Ema. relativamente à situação em que V.Ema. conheceu o Deputado José Mentor — isso há 25 anos, conforme foi colocado. Se naquela oportunidade o Deputado exercia uma outra profissão, enfim, exercia uma outra atividade paralelamente a essa que vinha desenvolvendo perante a favela de Heliópolis, conforme foi colocado.

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Que fosse de meu conhecimento, não. Nunca soube que ele tivesse outra atividade a não ser essa atividade, que era uma atividade profissional, mas feita gratuitamente, espontaneamente; e a fundação de outros centros — não era só ali no Heliópolis e no Ipiranga —, a fundação de outros centros, em outros bairros de São Paulo, que tinham o mesmo problema de favelas; e a participação na Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, do Centro Oscar Romero, da Região Episcopal Ipiranga. Todos esses trabalhos convergiam para a mesma coisa: luta



pela justiça, sobretudo na cidade, daqueles que não tinham um teto, daqueles que não tinham onde morar.

O SR. ALDO C. COSTA - Mas, ao mesmo tempo, ele mantinha um escritório de advocacia particular?

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Sim, devia manter. Eu nunca fui ao escritório dele. Mas devia manter, porque senão não podia viver. Aliás, é o que eu sempre digo para os cristãos católicos que são profissionais: *“Vocês devem dar um espaço para os pobres. Vocês devem trabalhar para se manter, mas dar um espaço para os pobres, porque os pobres não vão manter vocês”*.

O SR. ALDO C. COSTA - Perfeitamente. Dom Celso, essa atividade pró-bônus, exercida pelo Deputado José Mentor à época, era ligada à coordenação geral do Departamento Jurídico 22 de Agosto, não é verdade? Da PUC, em São Paulo.

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Eu sei que começou por aí, quando, inclusive, ele talvez ainda fosse estudante de Direito. Nessa época eu não o conhecia, mas eu sei que o Centro Jurídico 22 de Agosto tinha representantes ou, digamos assim... Não sei como seria o nome técnico da coisa, mas tinha gente atuante nesses centros que se faziam pela cidade de São Paulo.

O SR. ALDO C. COSTA - Mais especificamente, D. Celso, qual era o tipo de trabalho social que era realizado pelo então advogado e hoje Deputado José Mentor? Enfim, em que localidade específica esses trabalhos eram realizados?

O SR. ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Veja, nós tínhamos... Entre as várias pastorais que nós tínhamos lá, trabalhos de igreja, nós tínhamos a Pastoral de Favelas, tínhamos a Pastoral da Moradia. Foi nessa área, sobretudo, que eu me acostumei a ver o Deputado José Mentor, como advogado, atuar em defesa dos injustiçados.

O SR. ALDO C. COSTA - E esse movimento reunia muitas famílias, muitas pessoas? Congregava muita gente?

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Ele tinha uma liderança bastante difundida pela cidade de São Paulo, na nossa Região Ipiranga. E nós tínhamos momentos em que havia reuniões muito grandes. O povo se reunia para exigir, para pedir, para conseguir, afinal de contas, seus objetivos. Mas também



havia trabalhos, assim, individuais, de uma família que estava ameaçada, de um grupo de gente de uma pequenina... Porque São Paulo é uma cidade de colinas e vales. No fundo de cada vale corre um riachozinho — corria, pelo menos. Agora não corre tanto, mas enche por cima, quando chove. Mas, então, ao longo desses riachos é que havia pequenas favelas, além da grande favela de Heliópolis, que chega a ter, hoje em dia, 300 mil habitantes, não sei, uma coisa assim, e que eu vi com apenas 5 barracos. Mas, por omissão do Poder Público, porque ninguém sabia de quem era aquela área, se era daquele antigo... — como é que chamavam aquelas... —, de um órgão público qualquer, ou ligado ao Poder Público, era uma discussão. E enquanto isso... IPASE, INPS ou coisa assim. Enquanto isso, o povo foi construindo. Depois, na hora de tirar o povo é que nós também atuávamos muito. Quer dizer, não é justo. Vocês até agora não fizeram nada. E agora, já que não têm feito nada, o povo não tem para onde ir, vem e constrói o seu barraco. E vocês chamam a polícia para tirar o povo do barraco. Chamassem a polícia para que os donos do terreno... Porque uma parte dizia que era particular, outra parte... E aí havia os grileiros que vinham de fora e diziam: “*Essa parte é minha*”. E traziam lá um papel fajuto qualquer. Então, era um trabalho muito duro, muito arriscado, inclusive.

O SR. ALDO C. COSTA - Dom Celso, houve um caso específico, enfim, que tenha chamado mais a atenção? Um caso individual que tenha chamado mais a atenção nessa época, enfim, para que fique registrado aqui na...

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Houve vários. Eu me lembro de um caso de uma senhora, de uma pequena família. Mas era uma senhora, sobretudo, que tomava a frente dessa família, que morava em um casinha pequena, ao lado de uma indústria muito grande, uma indústria de aço. E o dono resolveu aumentar o terreno da sua coisa, pegando mais alguns metros. Então, queria expulsar a senhora dessa casa para comprar aquele terreno. Nós fizemos uma missa lá em frente, no muro da casa. E eu, ali, lembrei a história do Profeta Davi, que pegou a mulher do seu general, e do Profeta Natan, que foi dizer para ele: “*Olha, eu vou lhe contar uma história. Havia um senhor... havia um proprietário que tinha muitas ovelhas e havia um coitadinho lá que tinha uma ovelha só, que ele queria como se fosse a filha dele — cresceu no colo dele. Um dia esse senhor rico recebeu uma visita e quis dar um banquete de ovelhas para a visita. Em vez de*



pegar uma das suas milhares de ovelhas, foi matar a ovelhinha do pobre homem, que era a única coisa que ele tinha. E o Rei Davi se levantou e disse: 'Por Deus, este homem será morto. Quem é?' O Profeta falou: 'É você este homem. Você tinha tudo. Você tinha o que queria. No entanto, você foi buscar a mulher do seu general e fazer com que ele morresse na guerra para que você ficasse com ela'". Então, lembro-me da pregação. Até disso eu me lembro bem. Foi nesse sentido.

O SR. ALDO C. COSTA - Perfeito. Todo esse trabalho era feito pelo então advogado e agora Deputado José Mentor, quando ele era Relator.

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Na parte jurídica, ele que nos dava a garantia jurídica e a segurança jurídica da coisa.

O SR. ALDO C. COSTA - Gratuitamente?

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Gratuitamente.

O SR. ALDO C. COSTA - Cobrava honorários do...

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Não, nunca cobrou honorários. Desse trabalho, não.

O SR. ALDO C. COSTA - Enfim, ocorreu algum momento em que Vossa Eminência e o Deputado José Mentor já estiveram reunidos juntos em reivindicações de movimentos sociais?

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Ah, sim, em vários momentos.

O SR. ALDO C. COSTA - O senhor poderia explicitar alguns deles?

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Na Marcha pela Moradia, mesmo acho que nas Marchas de Panela Vazia. Quer dizer, o povo não tinha outra maneira, porque, se não fosse também a igreja ajudando, a Polícia caía em cima, com pauladas em cima do povo. Então, nesses momentos, aí que eu acho que o verdadeiro cristão se fazia presente, porque ele tinha capacidade, os cristãos que eram de classe média, que tinham feito universidade, que tinham um título. Não era só o José Mentor, mas havia outros também que estavam lá, mesmo médicos, dentistas, políticos, que estavam lá ao lado do povo, lutando para que a justiça fosse garantida.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Bispo, se o advogado me permite, a política está muito evidenciada, mas tem aqui na Mesa um ex-Coronel da Polícia, um ex-Capitão da Polícia. Então, só para registro, com certeza, o senhor



sabe que a Polícia, como todas as Força Armadas, têm uma hierarquia e nós cumprimos ordens. Às vezes, e até na maioria das vezes, são ordens que absolutamente não agradam. Agora, relativamente a 1964, nasceu, em Juiz de Fora, que foi o berço da Revolução, através da 4ª Região Militar, e foi uma revolução. Eu não diria que foi exemplo para o mundo, mas não se disparou um tiro e não se agrediu absolutamente ninguém. Mas, às vezes, esse papel antipático a Polícia faz, infelizmente. Se prende o torcedor do Corinthians, o do Palmeiras fica satisfeito; se prende o do Palmeiras, a torcida do Corinthians gosta. Realmente é um papel antipático da Polícia.

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS – Eu compreendo muito bem a atividade da Polícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Lembrando também, Edmar, e Bispo, que a Polícia do Rio também se opôs ao golpe. Ela firmou trincheiras também com o então Governador à época, contra o golpe militar.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - E, para o senhor não se preocupar, eu e o Coronel aqui já nos convertemos. *(Risos.)*

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Eu sempre, quando estou numa situação assim, inclusive eu falo para o policial: você não é responsável por isso, mas eu preciso fazer isso porque essa ordem é injusta; agora, eu sei que você não é responsável.

O SR. ALDO C. COSTA - Desde que não seja preso nenhum torcedor do Flamengo, pelo menos, enfim... *(Risos.)* Dom Celso, a pergunta final. O senhor poderia definir, enfim, explicitar algumas características pessoais do Deputado José Mentor, enfim, essas características que às vezes nem sempre vêm à tona e que o senhor muito bem conhece?

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS - Olhem, vocês sabem que elogiar uma pessoa em público é sempre perigoso. É sempre perigoso para a pessoa e é perigoso também para aquele que está elogiando, porque alguém pode se perguntar: “Qual é o interesse dele em elogiar tanto assim”? Então, eu acho que nem se trata de elogios, trata-se daquilo que é a vida do Deputado José Mentor. Todos os que o conhecem de verdade sabem disso. Quer dizer, é uma pessoa íntegra. É interessante, nós moramos no mesmo bairro em São Paulo durante todo



esse tempo e nunca nos visitamos em casa, nem ele na minha casa e nem eu na casa dele. Uma vez só que eu fui falar com a Sra. Maria das Graças, que está aqui, não é? Mas, então, a gente o conhece como um cidadão correto, um pai de família, ele tem 3 filhos, todos formados. Depois eu o acompanhei um pouco mais de perto, em todo esse trabalho, depois, quando ele foi Vereador em São Paulo. Não escondo que votei para você, Mentor, está certo? Como não escondo que votei para você também como Deputado Federal. Não sou obrigado a revelar o voto, mas não escondo. Então, acho que é uma pessoa íntegra. Oxalá a gente tivesse bastante gente assim, como ele e como outros que estão aqui.

Era só isso.

O SR. ALDO C.COSTA – Só finalizando, então, em nome do Deputado José Mentor e da própria defesa, agradeço mais uma vez a presença a Dom Antônio Celso, encerrando a nossa série de perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) – Como anunciado, com a palavra a Deputada Angela Guadagnin.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN – Dom Antônio, é um prazer tê-lo conosco, peço a sua bênção antes de começar; muito mais do que interrogá-lo, farei algumas considerações. As suas palavras iniciais ao se referir àquela missa em Aparecida, na defesa de políticos sérios, acho que muito nos engrandece porque aí a carapuça serviu. Também nas suas análises da crise que vivemos, da importância da luta pela Justiça e da importância da mudança de posturas em relação ao fazer política e ao empoderamento de alguns no exercício dessa política.

Acho que a grande discussão que o senhor testemunhou aqui, em que o senhor pôde testemunhar a militância do Deputado José Mentor, é uma discussão ideológica e com certeza sempre vem à tona o papel social da terra, tanto urbana quanto rural, a defesa dos excluídos, a compreensão de justiça e paz, inclusive na Carta da CNBB, da importância do engajamento desses movimentos por justiça e que acabam por interferir no interesse de algumas pessoas. E aqueles que se colocam em defesa da justiça acabam por ser rotulados de a, de b ou de c por essas atuações.



No caso, vemos que muito mais do que uma luta por justiça e pela busca da verdade, por parte de algumas pessoas, é uma disputa partidária eleitoral, que acaba por pôr nódoa na vida, no nome de alguns Parlamentares. Como o senhor disse, será que alguém não tentou subornar o guarda, será que alguém não pagou sem nota fiscal, será que alguém nunca pagou um médico mais barato para não ter que dar recibo? Coisas desse tipo a sociedade já faz culturalmente e sem interrogar se está correto ou não, se está burlando o Fisco ou se está corrompendo alguém.

Então, no caso, vivemos exatamente essa questão. E muito mais do que indagar, porque algumas coisas que eu até anotara aqui para lhe perguntar a respeito do Mentor, o senhor já foi, ao longo do interrogatório tanto do Deputado Relator quanto do advogado do Mentor, se manifestando a respeito do caráter e da militância dele na vida como advogado. Eu só ia lhe perguntar, o senhor sabe se ele é católico?

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS – O José Mentor?

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN – É.

O SR. DOM ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS – Pelo que eu sei, não consigo olhar e descobrir o coração de ninguém, mas pelo que eu sei ele é católico, inclusive presidi a missa dos 25 anos de casamento dele com a Sra. Maria das Graças, que está aqui.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) – Não havendo mais Conselheiros inscritos, retorno a palavra ao Relator para suas considerações e, em seguida, vamos encerrar a sessão.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA – Mais uma vez agradeço a presença ao Bispo Dom Antônio Celso de Queirós e confirmo, a importância da vinda dele ao Conselho de Ética. Agradeço a todos os Conselheiros a paciência, à senhora Conselheira e a todos aqueles que nos ouviram e de certa forma assistiram. Não tenho mais perguntas a fazer. De minha parte me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Bem, nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença...

Pois não, Deputado.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Antes de V.Exa. concluir os trabalhos, eu gostaria, antes de... Como diz a Deputada Angela, não podia deixar de encerrar os trabalhos antes de pedir a Dom Antônio Celso que nos abençoe a todos. É uma raríssima oportunidade termos aqui uma figura como Dom Celso. Então, é uma coisa que nós não podíamos deixar de pedir hoje. Mas o que eu queria perguntar a V.Exa... Sr. Presidente, na pauta de hoje, há alguns requerimentos tramitando neste Conselho, alguns que eu acho de grande importância serem o mais rapidamente possível votados, para que dêem prosseguimento. Eu, particularmente, defendo um requerimento hoje, que faço em função das notícias que foram veiculadas a semana passada numa revista de circulação nacional, semanal, que fala sobre a assinatura na representação contra o Deputado Onyx Lorenzoni, o qual eu sou Relator. Eu, para preservar e até por precaução e por zelo, fiz alguns requerimentos, um dos quais uma questão de ordem, que foi deferida na sessão anterior, que eu perguntava quanto à representatividade do Conselho, da assinatura ser pelo Presidente do partido e não, como constava no art. 110 do Regimento Interno do PT, que seria pela Executiva, mas essa já foi respondida. Mas eu fiz um outro requerimento pedindo que fosse realizada uma perícia grafotécnica pela Polícia Civil do Distrito Federal, para verificar a autenticidade da assinatura constante da representação. Entendo eu, Sr. Presidente, que, embora o Presidente do PT tenha dito, e o ex-Presidente, que a assinatura é dele, por precaução, para evitar amanhã que o Representado venha por medidas, qualquer medida, cautelar, mandado de segurança, qualquer que seja, como já o fez no pedido — particularmente fez o pedido que isso acontecesse —, eu me adiantei, até porque o próprio Presidente deste Conselho, em nota pública, distribuída na semana passada, achava que deveria ser feita a perícia. Eu fiz o requerimento e queria colocar à apreciação. Portanto, Sr. Presidente, são essas as considerações que faço. Inclusive, peço também que peça à revista *Veja* que envie o laudo que foi feito numa instituição particular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Deputado José Carlos Araújo, eu queria solicitar a compreensão de V.Exa., no sentido de que nós discutíssemos essa matéria na sessão que vai ser reiniciada às 14 horas. Eu queria, inclusive, retificar com relação à sessão: nós vamos suspender a sessão, reiniciá-la



às 14 horas. Eu pediria a compreensão a V.Exa., para que esse tema fosse discutido, inclusive, com a presença do Presidente e dos demais membros do Conselho, que estarão aqui às 14 horas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, como disse o nobre Relator Edmar Moreira, que eu sigo seus ensinamentos, sempre a ordem vem de cima, e nós temos que obedecer (*risos*) — já dizia Dom Antônio Celso. Então, ordem dada, ordem obedecida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Obrigado pela compreensão, Sr. Deputado.

Fica a sessão suspensa até às 14 horas, quando serão reiniciados os trabalhos.

Muito obrigado a todos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Declaro reaberta a 67ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados. Vamos tomar o depoimento do Sr. Célio Marcos Siqueira, testemunha arrolada pelo Relator, Deputado Chico Alencar, referente ao Processo nº 18/05, Representação nº 55/05, instaurado contra o Deputado Wanderval Santos.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Eu queria requerer a V.Exa... Encontram-se 3 requerimentos meus para serem submetidos a este Plenário, absolutamente imprescindíveis para que eu cumpra o meu cronograma de trabalho, que se encerra agora, na próxima quinta-feira. Então, queria solicitar a V.Exa. que colocasse, no momento oportuno, esses requerimentos em votação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Vamos fazê-lo, nobre Deputado, antes do encerramento desta sessão.

Com a palavra o Deputado Chico Alencar. Consigno a presença do advogado, Dr. Marcelo Bessa, nos nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, tem ainda aqueles procedimentos formais e legais para tomada de depoimento da testemunha. Nossa dileta Secretária Terezinha está trazendo a declaração, o termo de compromisso



que o Sr. Célio — cuja presença eu agradeço, em nome da relatoria do Conselho — tem de assinar. O senhor vai se comprometer a dizer a verdade aqui.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Enquanto isso, aproveito para reiterar que nós temos de martelar insistentemente: os processos disciplinares no Conselho de Ética não se reportam nem ao Código Penal nem ao Código Civil. Não são processos, portanto, criminais nem penais. São processos disciplinares, e a referência é o Código de Ética e Decoro Parlamentar. Todas as testemunhas são testemunhas do processo para contribuir para o seu bom termo, qualquer que seja; não são testemunhas de acusação ou de defesa. Também quando uma testemunha é inquirida, os advogados do Representado, que não é o réu nem mesmo o processado — embora esse termo pudesse ser usado, já que é um processo disciplinar —, têm presença assegurada e podem interpelar as testemunhas. Portanto, até aqui temos agido, a meu juízo, de forma inteiramente tranqüila, assegurando o amplo direito de defesa a todos, como é o caso desse processo.

Nós também convidamos, além do Sr. Célio Marcos Siqueira, em depoimentos previstos para hoje, o Sr. Jacinto Lamas. Creio que era tesoureiro, segundo aquele depoimento espetacular do ex-Deputado Roberto Jefferson, era o tesoureiro informal do Partido Liberal. Essa figura não existe, mas é informal. Tudo pode ser informal.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Desculpe-me, há o emprego informal. Então também pode existir o tesoureiro informal, termo menos comprometedor, inclusive.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pois é, mas como ele já fez depoimentos nesses processos todos de CPI, da Polícia Federal, ele foi convidado. Tinha-se comprometido a vir, mas ontem, à tardinha, falou que seu advogado tinha um compromisso em Santos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas não era

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sei. E aí ele não poderia vir.



O SR. MARCELO BESSA - Ele teve compromisso em Santos e em São Paulo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Também o ex-Bispo e ex-Deputado Carlos Rodrigues, marcado para hoje também, ontem à tarde mandou uma correspondência para o Conselho de Ética dizendo que, por motivos particulares, não poderia vir. Nós estamos remarcando para quinta-feira, dia 8, por absoluta falta de agenda do próprio Conselho. Às vezes, o Conselho tem dificuldade de espaço aqui. Quarta-feira de manhã, por exemplo, é uma dificuldade. Mas a dinâmica do nosso processo é esta: ouvir essas testemunhas e, a partir daí, começaremos a elaborar o relatório. Se entendermos necessário, ouviremos mais uma vez o Deputado Wanderval. Mas as coisas estão mais ou menos encaminhadas, até porque a Sra. Simone Vasconcelos já negou o convite, não aceitou o nosso convite para vir depor aqui, dizendo que tudo o que ela tinha de dizer já havia falado na CPMI dos Correios e na Polícia Federal. Então, ficamos limitados a esses. A não ser que qualquer nova indicação possa surgir e um novo dado possa chegar até nós.

Eu informo que hoje, às 15h25min, fui sorteado para falar no Grande Expediente. É aquela oportunidade que temos de falar para o País — vamos nos iludir um pouco, não é? — por 25 minutos, em uma terça-feira. Dizem que é a sorte grande. O Deputado Orlando Fantazzini está dizendo que, nos últimos 5 anos, ele só foi sorteado 2 vezes, mesmo assim numa segunda-feira ou numa sexta-feira.

Então eu terei agora essa oportunidade. Tinha sugerido até para começarmos às 13h30min, mas estamos começando com mais de uma hora de atraso. Solicitarei ao Presidente que suspensa a oitiva nesse tempo em que eu vou lá, vendo o meu peixe e volto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Iremos todos nós.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não precisa.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Principalmente se ele conceder apartes, não é? *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Relator, eu quero parabenizá-lo pelo sorteio, e quem ganha é a Casa. Eu ainda não consegui ser sorteado. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Sr. Célio, V.Sa. terá que assinar um termo de compromisso, lavrado nos seguintes termos:



Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo n.º 18/05, Representação n.º 55/05, instaurado contra o Deputado Wanderval dos Santos.

A data é de hoje e o seu nome será retificado: Célio Marcos, em vez de Marques, Siqueira. Pode assinar que a secretaria providenciará a devida correção.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Célio Marcos Siqueira.

Sr. Célio, segundo depoimento do ex-Bispo Rodrigues à Polícia Federal, na lista do Sr. Marcos Valério constava um pagamento de 250 mil a ele, além de outros 150 mil. A primeira indagação que faço ao senhor é quantas vezes o senhor esteve no Banco Rural.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Uma vez só.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Só uma vez. E dessa única vez que o senhor esteve lá foi com que finalidade?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - O gabinete dele me ligou no meu celular e me pediu para eu ir até a garagem. Chegando à garagem, eu me deparei com ele. Eu me encontrei com ele e ele me entregou um bilhete. Aí pediu para eu ir até aquele endereço. Chegando ao endereço, eu me identifiquei, falei: eu quero ir no nono andar. Chegando no nono andar, eu vi que era um banco, entrei. Quando eu acabei de entrar no banco, uma pessoa me identificou. Eu não me identifiquei, não cheguei a me identificar dentro do banco. A pessoa me identificou e falou: “Você veio a mando do Carlos Rodrigues?” Eu: “sim, senhor”. “Aqui está a encomenda dele”. Eu peguei a encomenda, saí imediatamente e fui até a residência dele, que era o local que ele ficou de ir, para eu entregar a encomenda.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas quando o senhor falou “o gabinete dele me ligou”, “dele” é o ex-Deputado Carlos Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor; acho que foi a assessoria dele, o chefe de gabinete...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, mas do gabinete dele?



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso. Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Aí esse telefonema foi de um celular para o seu celular?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não sei não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não se lembra? Não lembra, não é?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor estava no gabinete do Deputado Wanderval nesse momento?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Nesse horário, não. Eu estava já no térreo, indo almoçar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor lembra que dia da semana era?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, não lembro.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas era um dia, obviamente, dia de funcionamento de agência bancária, e nas proximidades da hora do almoço.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso. Sim, senhor. Porque eu saio para almoçar entre meio-dia e meia, meio-dia, e retorno uma e meia, 2 horas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então, se o senhor estava já fora do gabinete, foi por celular; o alcançaram por celular.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso. Eu recebi no meu celular. Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E se identificaram como sendo do gabinete do Deputado Carlos Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso. Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Dizendo que ele pedia para o senhor estar na garagem daqui da Câmara?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso, da Câmara.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas nem marcou lugar? Foi um encontro...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, não. Eu cheguei na garagem, aí a garagem tem uma escada. Aí...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Aquela garagem do Anexo IV?



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso. Sim, senhor. Aí a vaga dele é a terceira ou é a quarta assim de frente com a escada. Quando eu saí, ele: “Célio!”. Aí, só ele deu o sinal, me entregou o bilhete, e eu fui ao tal local.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas ele deu um bilhete fechado?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor; um pedacinho de papel, anotado nele.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o que tinha nesse bilhete?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Tinha “Brasília Shopping, nono andar”.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E aí ele falou o quê, o ex-Deputado Carlos Rodrigues, quando o encontrou pessoalmente?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, ele falou “o senhor vai até esse endereço”. Pronto. Foi a única coisa que ele falou.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor foi?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Eu fui até o endereço.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sem medo?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sem medo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas que relação era essa de tamanha confiança mútua em que alguém dá um endereço — Brasília Shopping, nono andar —, e fala “vai lá”? Você não teve a curiosidade de dizer se era para encontrar com o homem que ia salvar o Brasiliense da Segunda Divisão?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, eu fico muito impressionado, sinceramente. O ex-Deputado entrega um papel escrito “Brasília Shopping...” “Célio...” Ele o conhecia?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor, me conhecia.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E fala “vai lá”. Ponto. Ele não falou nem para pegar uma encomenda?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, ele falou. Ele falou: “você pega uma encomenda nesse local”. Pronto.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - “Para mim” — para ele.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso, para ele.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E quando o senhor chegou e viu que o endereço era no nono andar... Mas tinha alguma referência? Eu não conheço esse prédio. O nono andar é todo da agência do Banco Rural? Desculpem-me perguntar: alguém conhece? Não, não; pelo amor de Deus!

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Eu fui uma única vez também; não me recordo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Virou uma espécie de sucursal do Inferno. Como?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Eu fui uma vez e não me recordo se é só o Banco Rural, que eu não voltei lá outra vez.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas como é que, em lá chegando, no nono andar, você identificou que era para ir no banco?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Porque o elevador sai de frente para o Banco Rural.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ah, tá. Então, provavelmente, só tem esse espaço comercial no nono andar. E, aí, no que V.Sa. entrou na agência, alguém já se dirigiu a você?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quer dizer, você também não ficou surpreso de alguém já conhecê-lo?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Se ela me conheceu só pode ter sido pelo traje que eu estava usando, porque eu não conhecia ela.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Era uma mulher?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Era, era uma mulher, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E depois, vendo na televisão, o senhor identificou essa mulher depois?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor, porque foi tão rápido que eu não identifiquei.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor não poderia dizer se era a indigitada Simone Vasconcelos?



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor. Na Polícia Federal, inclusive, eles me mostraram umas fotos da Simone, das outras pessoas, e eu não identifiquei.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Aí, em lá chegando, imediatamente essa pessoa o chamou. E como é que foi esse procedimento ali?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pela ordem. Só uma questão que está me ocorrendo. O Dr. Marcelo Bessa é advogado do...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Ah, não. Por isso... Eu estou vendo a plaquinha agora. Eu pensei: nem o Representado e nem o advogado? Aí me preocupou. Desculpa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, o Representado está com o seu advogado aqui. É isso? Essa é a preocupação?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não, o Dr. Marcelo Bessa é advogado do Representado, Deputado Wanderval Santos. Pois não.

E aí o procedimento, Célio?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Ela me entregou um envelope, eu peguei o envelope e desci para o térreo do prédio, e de lá eu fui direto para a residência do Deputado, que era no Lago Sul.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Você foi no seu carro?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - No meu carro.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Esse carro é seu mesmo?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - É meu mesmo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas é alugado?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, eles me... O Deputado Carlos Rodrigues e o Deputado Wanderval Santos, eles me davam uma ajuda de gasolina para eu usar o meu carro.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O combustível era abastecido pelos 2 Deputados?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso. Sim, senhor. Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E você trabalhava para o 2?



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas você é lotado no gabinete do Deputado Wanderval?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nós já vamos chegar nisso, porque precisa ser melhor elucidado. Mas ainda, continuando nessa operação, você assinou algum recibo?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Recebeu o dinheiro foi num balcão, numa sala?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, recebi num balcão. Recebi... Eu fiquei sabendo que era dinheiro pela imprensa, porque até o momento, lá, no decorrer do tempo, eu não sabia que era dinheiro.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas intuía, não é, porque, normalmente, no banco...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - É, porque eu estava numa agência do banco. Eu, na época...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Poderia ser uma picanha para um churrasco...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Tinha o aspecto... Certamente — isso não tem relevância —, você deve ter percebido que era dinheiro ou alguma coisa de valor...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...simbólico, assim, papel. Era um envelope de papel pardo. Tinha a destinação?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A mesma pessoa que o identificou foi a que entregou o dinheiro?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E como é que ela se dirigiu a você no banco?



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - No banco, eu fui em direção ao balcão. Aí, antes de eu chegar ao balcão, ela perguntou: “Você é o Célio”? Eu: “Sou eu mesmo”. “Ah, você veio buscar a encomenda do Carlos Rodrigues?” Eu: “Sim, senhor”. Na época era Bispo Rodrigues, não é, que a gente chamava.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, senhora. Mulher, não é?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - É, sim, senhora. Falei “sim, senhor” para o senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ah, sim. Mas eu não tenho nenhuma encomenda para o Bispo. E aí, você, imediatamente, foi à casa do Bispo?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - No seu próprio carro?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E lá o Bispo estava?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Estava, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele o encontrou aqui, depois já estava na casa dele?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - É. A ordem que eu tinha era de pegar a encomenda e levar para a residência dele.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Foi a ordem dele?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso. Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Vai no tal endereço, pega uma encomenda e leva até à minha casa?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso. Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Isso por vota do horário de almoço?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O Deputado Wanderval sabia que o Bispo Rodrigues lhe pedia esse tipo de favor com freqüência?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor, porque ele era o coordenador da Igreja Universal.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quem?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - O Deputado Carlos Rodrigues.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim...



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - E ele tinha total autonomia sobre os funcionários do gabinete. Ele podia me solicitar a hora que ele quisesse.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - De que gabinete? Do dele, Deputado Bispo Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas você era funcionário do Deputado Wanderval.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso. Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas você estava cedido para o Deputado Carlos Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não, não é?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor. Eu só atendia os pedidos dele.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Bom, esse pedido foi repentino, foi de repente que ele aconteceu?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Foi de repente, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Como tinha acontecido, provavelmente, outras vezes?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nunca?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - No banco foi a única vez.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não, no banco, sim, mas era corriqueiro, era costumeiro o ex-Deputado Rodrigues solicitar que o senhor fizesse tal ou qual tarefa?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor, inclusive aeroporto, buscar Prefeito, Vereador e levar para o gabinete dele, levar para Ministério. Isso era o que ele me pedia.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele já tinha lhe pedido para levar a filha à faculdade?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Uma vez ou outra, mas por favor, não é?



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Certo.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Chegava: "Célio, me quebra um favor?", aí eu ia, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O seu carro, portanto, não é alugado. Porque os Parlamentares, se não me engano, podem alugar um carro aqui em Brasília.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, agora só de locadora, de empresa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pois é, de locadora. É o caso desse carro? Não, esse carro é seu.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor, esse carro é meu, é de minha propriedade.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então, agora para ver sua vinculação de trabalho com o Deputado Wanderval Santos, o senhor é funcionário do Deputado Wanderval?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Desde quando?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Que eu trabalho para o Deputado Wanderval? Três anos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Foi no início desta Legislatura?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Fevereiro de 2003?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso, entrei nessa Legislatura agora com o Deputado Wanderval Santos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Logo no início?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor já o conhecia?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Foi o Bispo Rodrigues que o recomendou?



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, quem me recomendou foi o ex-Deputado Valdeci Paiva. Ele saiu para estadual, eu era funcionário dele. Quando eu vim trabalhar na Casa era funcionário do Pastor Valdeci.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Que era Pastor também da Igreja Universal?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor. Mesmo eu trabalhando no gabinete dele eu atendia já o Bispo Rodrigues.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Já no tempo do Deputado Valdeci?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Atender ao Deputado Bispo Rodrigues significa, isso o que o senhor disse, que ele tinha poder sobre os funcionários, os servidores de outros Parlamentares ligados à Igreja Universal?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele, o ex-Deputado Bispo Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E isso era aceito normalmente por todos os servidores?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Era sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Isso era colocado como uma norma? Por exemplo, o ex-Deputado, finado, Valdeci, o senhor começou com ele quando?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Comecei com ele dia 2/2/1999.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ou seja, no início da Legislatura anterior?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Bem no início, no dia seguinte à posse. E como o senhor chegou até ele, ao Deputado Valdeci?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Valdeci Paiva? Minha prima era secretária do Augusto Viveres.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É Deputado também?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, é ex-Deputado. Deixei um currículo com a minha prima, a minha prima entregou para o Deputado. Ele falou:



“Não, eu estou saindo, não volto mais como Deputado. Vai entrar um Deputado, do Rio de Janeiro, você vai lá e conversa com ele, você leva em mãos o currículo.”

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O Augusto era da Igreja Universal?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Era sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Também?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, o Augusto Viveiro não, senhor. Era do PFL.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sei, sim, mas não tinha vinculação com a Igreja?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, não tinha vinculação com a igreja, não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor trabalhou com ele também?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, não trabalhei.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Deixou currículo com ele por meio da sua prima?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Que trabalhava com ele?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E, aí, ele te indicou o Deputado Valdeci Paiva.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Valdeci Paiva. Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E, a partir daí, de 1999, o senhor conheceu também o ex-Deputado Bispo Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Já como coordenador da bancada...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Coordenador da bancada evangélica.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ... e alguém que tinha autoridade sobre os servidores do mandato do Deputado Valdeci.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E de outros também?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor ficou, então, os 4 anos com o Deputado Valdeci?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Foi, isso mesmo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E de contatos também com o Deputado Bispo Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o senhor conheceu, então, também nesse período, o Deputado Wanderval?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Conheci sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Porque também era membro da Igreja.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Membro da Igreja Universal.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor o conheceu como?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - No dia-a-dia: Oi, Deputado, bom-dia, boa-tarde. Assim. Não um contato íntimo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Chegou a prestar algum serviço para ele?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Só para o Bispo Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Como o senhor foi para o Deputado Wanderval, quando o Deputado com o qual o senhor trabalhava deixou de ter mandato aqui?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Porque disputou eleições para Deputado Estadual.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor teve notícia que ele foi assassinado?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Na época tive, sim, senhor, porque ainda era lotado no gabinete dele na época.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim. E isso foi uma surpresa?



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Foi sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ou havia...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, não, foi uma surpresa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...algum ambiente, algum clima que pudesse denotar alguma ameaça? O senhor se recorda?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nada. O Deputado Bispo Rodrigues era amigo do Deputado Valdeci?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Era, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, porque ambos do Rio de Janeiro e ambos da Igreja Universal.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então ele lhe indicou para o Deputado Wanderval?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O Deputado Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, quem me indicou para o Deputado Wanderval Santos foi o Deputado Valdeci Paiva.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele indicou?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - É isso. Como ele me indicou, ele indicou todos os funcionários.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Todos?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - É.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o Deputado Wanderval acolheu todos? O senhor sabe?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor. No gabinete do Pastor Valdeci só eu. Aí, distribuiu nos outros gabinetes os outros funcionários.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então, o senhor trabalha aqui na Câmara dos Deputados desde fevereiro de 1999.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Está lotado no gabinete do Deputado Wanderval desde fevereiro de 2003.



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E chegou até ele por indicação do ex-Deputado Valdeci?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ainda no final do mandato dele? Ele...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Ainda ele fez o pedido.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Que ele já tinha definido não concorrer à reeleição como Deputado Federal.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E, aí, o senhor se dirigiu ao gabinete do Deputado Wanderval ainda no mandato anterior?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso. Aí eu deixei meu currículo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Hum, hum.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Aí, o Deputado falou: ó, eu vou pensar aqui, vou ver, porque eu estou com o gabinete lotado, aí eu vou ver; se surgir uma oportunidade eu te dou. Também não me prometeu vaga, não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor lá é secretário parlamentar, a sua função.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o que o senhor exerce — aí, na prática —, como se traduz essa função?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Eu lá sou motorista, motorista, e levo papel ou outro aqui dentro da Câmara, quando ele precisa, quando o gabinete precisa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Tem diferença em relação ao que o senhor fazia no caso do Deputado Valdeci, quando trabalhou com o Deputado Valdeci?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Tinha porque o Deputado Valdeci, ele tinha um motorista, eu era, no caso, o motorista reserva. Quando um não estava, o outro cobria o outro.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas desde o Deputado Valdeci o senhor fazia muitos serviços para o ex-Deputado Carlos Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Todo tipo de serviço?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - É. Quando ele precisava, ele ligava ao gabinete: ó, me leva ali no Ministério. Estou indo, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E por que o Deputado Carlos Rodrigues, ou mesmo o senhor, não, no caso dele, o contratou diretamente para o gabinete dele e, no seu caso, não pensou em trabalhar com ele?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não sei informar para o senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não lhe ocorreu também, essa...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Porque o senhor tinha contato com ele, muito mais do que com o Deputado Wanderval. E ele era muito ligado ao Deputado Valdeci, inclusive da mesma bancada, do ponto de vista de Estado, ambos do Rio de Janeiro. Na medida em que o Deputado Valdeci, imagino que por razões de determinações da própria igreja, decidiu concorrer a Deputado Estadual, e não mais a Federal, seria natural que na sua busca de manter um trabalho, um rendimento, o senhor procurasse o Carlos Rodrigues, que o senhor conhecia mais do que o Wanderval. Não se cogitou isso?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Eu, eu, eu me dirigia a ele, e ele falou que não tinha vaga no gabinete.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O Deputado Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso, Carlos Rodrigues.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E aí falou para tentar outro.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Ele falou: ó, tenta outro aí, da bancada. Aí eu saí distribuindo, igual eu distribuí no gabinete, todos os Deputados da Igreja, o currículo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor antes nunca... o senhor mencionou um Deputado, assim, foi só, a sua prima que trabalhava com o Deputado Augusto.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso, sim, senhor, Augusto Viveiros.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É. Qual era a sua relação com o Deputado — qual era, não; é até hoje —, com o Deputado Wanderval, em termos de trabalho? Ele também pede para fazer esse tipo de serviço, não necessariamente esse de ir ao banco pegar um dinheiro, mas pegar gente no aeroporto, tal, essas funções?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor. Esse tipo de serviço eu faço.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E como ele estabeleceu já nesse mandato a sua relação com o Deputado Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Ele falou: ó, o Deputado Carlos Rodrigues ligando ao gabinete, solicitando os seus serviços, você não precisa me informar não, você pode ir. Se eu precisar sair, eu te ligo. E, aí, muitas vezes, quando ele ligava, eu falava: Deputado, eu estou atendendo o Carlos Rodrigues. Ele: então, está bom, eu resolvo aqui. Mas eu não informava aonde eu fui, de onde eu vim...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não informava?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor. Ele não me perguntava, eu também...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E a orientação do Deputado Wanderval era de que o senhor atendesse o Deputado Carlos Rodrigues em qualquer demanda, qualquer solicitação dele, qualquer pedido, independentemente até dos seus trabalhos no gabinete do Deputado Wanderval?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A prioridade era do Deputado Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O que ele pedisse, o senhor tinha ordem para fazer?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso. Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Permanentemente. E o Deputado Wanderval nunca lhe indagou sobre o tipo de trabalho que o senhor fazia para o Bispo Rodrigues?



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Como é que o senhor explica isso, que também não é uma relação muito comum? Em geral, os servidores, os secretários parlamentares dos Deputados não fazem nada para outro Deputado, mesmo colega de bancada, sem que informe a seu dirigente imediato.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - A informação só era feita se ele me ligasse.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Como assim?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Se o Deputado Wanderval Santos... Vamos dizer, o gabinete me ligava e aí pedia: Célio, se dirige ao meu gabinete. Aí eu me dirigia ao gabinete do Deputado Carlos Rodrigues. Aí lá eles falavam: Vai ao aeroporto; vai ao supermercado, o que seja. Aí eu iria. Se eu estivesse... Onde estivesse e o Deputado Wanderval Santos me ligasse, eu falava: Eu estou a serviço do Deputado Bispo Rodrigues. Ele: Ah, então está bom. Ele não indagava, não perguntava nada.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Também, quando o senhor trabalhou com o Deputado Valdeci.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Do mesmo jeito.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Era a mesma coisa?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então, na verdade, o senhor pode considerar que o seu chefe maior, o senhor era subordinado mesmo ao Deputado Bispo Rodrigues.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, não me identifico assim, não, porque eu presto serviço para os 2.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, mas a prioridade era do Bispo Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Eventualmente, sim. Se o Deputado Carlos Rodrigues me solicitasse e eu estivesse com o Deputado Wanderval Santos no Ministério: Ah, então está bom, eu resolvo aqui. Eu ficava assim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor é membro da Igreja Universal do Reino de Deus?



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nunca foi catequizado para a Igreja?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Isso nunca foi empecilho?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Porque o Deputado Wanderval nos disse aqui que esse tipo de hierarquia, que o mandato dele, do Bispo Rodrigues, coordenador da bancada dos Deputados vinculados à Igreja Universal, tinha uma proeminência, tinha um poder sobre os outros mandatos, por determinação interna da Igreja. Mas o senhor não era da Igreja.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não era não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Essa subordinação era aqui do Parlamento, era em função das determinações daqui. E o senhor acabava por servir mais ao Deputado Wanderval ou ao Deputado Bispo Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Os 2. Nenhum mais do que o outro, não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor freqüentava os 2 gabinetes?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Freqüentava.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O Deputado Wanderval, no caso desse... Bom, o senhor se sentia como uma pessoa de confiança do Deputado Wanderval ou do Deputado Bispo Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Confiança?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É. Que cargo em comissão, em geral, a gente chama também de cargo de confiança. Você contrata uma pessoa em quem você confia.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Se pelo meu trabalho ele depositava confiança que deposita...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quem?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - O Deputado Carlos Rodrigues e o Deputado Wanderval Santos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ambos então, não é?



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor também transportava o Bispo Rodrigues ou o Deputado Wanderval, como motorista?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Eles próprios, não é? Mais esses serviços aí que o senhor já falou: deslocamento, aeroporto, eventualmente...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Ministérios. Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Os outros funcionários do Deputado Wanderval também tinham essa ordem para atender prontamente o Deputado Carlos Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Tinham, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Todos?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Todos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E todos eram solicitados como V.Sa.?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A maioria não tinha o nível de exigência que o senhor tinha?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Por que motivo?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Por ser o motorista.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Você era o único que tinha o carro lá?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E fazia esses serviços mais externos, na sua maioria?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - É, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quando o senhor precisasse se ausentar do gabinete, considerando que o senhor estava no gabinete do Deputado Wanderval Santos, o senhor deixava informado isso?



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Eu deixava o gabinete, chegava para a secretária e falava assim: “Olha, estou saindo a serviço do Deputado Carlos Rodrigues”.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Foi o que aconteceu nesse dia do Banco Rural?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, porque eu estava no horário de almoço.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ah, foi no horário de almoço?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o senhor atrasou no horário de almoço?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Já que foi ao banco, depois foi à casa do Bispo Rodrigues, não sei as distâncias. Ele morava onde?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, não me atrasei, não, senhor. Eu peguei no Brasília Shopping e fui na QI 3 do Lago Sul.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E voltou para cá nesse dia?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor. Imediatamente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nem almoçou nesse dia?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o senhor depois explicou para o Deputado Wanderval?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não tocou no assunto?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E não lhe pareceu estranho essa missão? O senhor disse que foi a primeira vez que foi a um banco. O nome do banco ou a própria existência do banco não lhe foi informado, tinha um quê de misterioso: “Vai nesse endereço e pega uma encomenda para mim”. O senhor constatou que era um banco e já tinha uma pessoa que o senhor nunca viu e que lhe identificou, e o conheceu e entregou a encomenda. O senhor foi levar para o



Deputado, ex-Deputado Bispo Rodrigues. Não tinha um elemento de mistério nessa missão, na sua avaliação? O senhor não sentiu assim?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, porque na época eu pensei que o Deputado tinha pedido um saque, alguma coisa assim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É, mas o senhor constatou que não era propriamente um saque, não é?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor não sacou na boca do caixa...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...com cheque ou com cartão, ou com o código que ele tivesse lhe dado, ou uma ordem de pagamento?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não foi nada disso?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Foi o que se viu depois que era um dinheiro desse chamado esquema Valério. E o senhor não... achou normal, apesar de ser inédito, de nunca ter acontecido isso? O senhor considerou normal essa operação?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não achou nada de mais?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quando o senhor entregou para o Bispo Rodrigues, na casa dele, o senhor deu o envelope, chegou a entrar na casa dele?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Entregou na porta?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - No portão da casa dele.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Para quem?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Para o Deputado Carlos Rodrigues.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Que simplesmente agradeceu, não perguntou nada?



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor viu um bilhete onde estava o nome dele, Deputado Bispo Rodrigues, e também do Deputado Wanderval e o seu nome?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor nunca viu esse papel, nem na imprensa?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Vi na Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Tinha lá?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E a que o senhor atribui esse papel com essas anotações?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não sei informar para o senhor, não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor não estranhou, não se preocupou?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não? Então o Deputado Wanderval o autorizou a cumprir todos os pedidos do Deputado Carlos Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Todo e qualquer pedido, sem fazer nenhuma indagação, sem questionar nada? Era uma determinação?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Tanto quanto do próprio Wanderval? Quer dizer, quem lhe pedia tarefas ou dava ordens para serem cumpridas por um dever de hierarquia e da sua função era tanto o Bispo Rodrigues quanto o Deputado Wanderval?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A eles 2 o senhor devia subordinação. O senhor também nunca achou isso inusitado, servir a 2 senhores?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Eu precisava do emprego.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Como?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Eu precisava do emprego.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sei.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Então, não tinha que questionar. Quando precisa do emprego...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Isso foi uma determinação estabelecida logo no início que o senhor entrou, tanto para o Deputado Valdeci quanto para o Deputado Wanderval, ou seja, em fevereiro de 99 e em fevereiro de 2003?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quem trabalha aqui neste mandato trabalha também para o coordenador da bancada da Igreja Universal. Era essa mais ou menos a determinação...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...que todos os servidores recebiam?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - É.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E nunca houve choque de ordens, incompatibilidade, os 2 pedirem uma tarefa ao mesmo tempo? Nunca aconteceu essa coincidência?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Eventualmente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E aí, como é que se resolvia? Quem tinha prioridade?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Aí, se eu já estivesse na garagem, esperando já o... "Ah, não, então está bom, você já está aguardando ele, pode ir com ele." Aí eu ia.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E isso valia para todos os servidores dos gabinetes de Deputados ligados à Igreja Universal?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor tem essa informação?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Direcionado, assim, aos motoristas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Aos motoristas...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ... desses diversos mandatos?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso. Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor comentou essa ida ao Banco Rural com qualquer outro colega?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Com ninguém?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Ninguém.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor não fala do seu trabalho, das suas atividades com ninguém?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E havia uma determinação nesse sentido?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, isso é uma reserva minha mesmo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor nunca comenta?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nem numa mesinha, já que o senhor não é da Igreja, de bar, tomando uma cerveja? O senhor nunca falou...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ... “Poxa, hoje eu recebi um bilhete”? Porque eu comentaria, sinceramente. Se um Deputado encontra na garagem comigo, me dá um bilhete, “Vai ao Brasília Shopping”, eu chego lá, vejo que é um banco, entro lá, uma moça — se fosse bonita, então, comentaria tomando um gole de cerveja com mais ânimo —, uma moça que eu nunca vi me reconhece, me dá um envelope... O senhor não comentou nada com ninguém, nunca, nessa vida?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Relator...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pois não.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Só para descontrair. Se eu fosse advogado de defesa, eu diria que V.Exa. está induzindo a testemunha. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não, não estou induzindo. Eu estou manifestando uma estranheza dessa reserva absoluta, que eu não teria. Afinal, eu



não estava fazendo nada de anormal. Eu não considerei nada de anormal, mas é inusitado.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Deputado, eu acho que também o senhor... Ficar fazendo esse tipo de declarações que também podem ser consideradas antiéticas...! *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não, não creio. Eu autorizo publicamente os meus servidores a comentarem todas as atividades que desempenham no exercício do mandato, claro. Não tem problema. Não tenho nada a esconder.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas, no caso, é porque é uma relação inusitada. Todos sabemos. Inusitada. Não tem nenhum juízo de valor aí. Não é usual. Por isso que eu estou perguntando se ele comentou esse episódio da ida ao Banco Rural, que, como V.Exa. percebeu depois, era complicada. Suponho que depois, até pelo fato de o senhor estar aqui agora, o senhor depois percebeu que foi uma ordem que se pudesse não ter acontecido seria melhor para a sua própria vida, embora o senhor não esteja..., suponho, eu não sei se esteja acusado de alguma coisa, mas acabou gerando problemas para o Deputado Wanderval e, pelo declarado no ato de renúncia, para o Deputado Carlos Rodrigues.

O senhor já tinha recebido algum outro tipo de missão dessa de pegar uma encomenda em banco do próprio Deputado Wanderval?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Do Deputado Rodrigues também não?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Também não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Hã, hã. O senhor teve que se identificar na agência do banco?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Também não?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, eu me identifiquei na portaria.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, no prédio do Brasília Shopping?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso. Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas no banco uma pessoa lhe identificou?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Formalmente, sabia... Alguém passou uma descrição do senhor para ela, não é?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor tem idéia de quem fez isso?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não? Não acha que nem pode ter sido o ex-Deputado Bispo Rodrigues ou o Deputado Wanderval?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor não se arriscaria a dizer.
(Pausa.)

O senhor entende, então, que se alguém lhe dá uma ordem o senhor deve cumprir sem questionar e sem fazer nenhuma objeção? Isso é sua concepção mesmo do serviço...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ... do emprego, do trabalho.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Hã, hã.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mesmo quando isso gera um problema. Essa é uma pergunta clássica que eu faço sempre aqui: a partir desses episódios, o senhor acha que isso representa algum problema, lhe trouxe algum transtorno? É algo que o senhor reveria hoje?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Por quê?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Pelo problema que me trouxe.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, mas o que seria a revisão desse tipo de procedimento?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Hoje, atualmente?



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Isso.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Eu perguntaria o que eu ia fazer.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Há, há.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Porque neste momento eu não estou pensando em mim; estou pensando no meu pai e na minha mãe.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, eu entendo. Mas em você também, não é, porque eles querem o seu bem, seguramente.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor assegura aqui, perante este Conselho, que o Deputado Wanderval não sabia de nada?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor tem certeza disso?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Absoluta.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Absoluta? Porque ele te dizia tudo, ao contrário de você, com seus amigos ou pessoas íntimas, ele...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...o Deputado Wanderval tinha uma intimidade com o senhor que...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Porque uma coisa é o senhor afirmar que ele não lhe perguntou nada e nem tinha ciência do que o senhor estava fazendo ali, até onde o senhor sabe. Outra coisa é o senhor afirmar que ele não sabia nada, em tempo nenhum, hora nenhuma, nunca soube, não conversou com o Deputado Carlos Rodrigues sobre isso.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Se ele conversou, eu desconheço.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, o senhor desconhece.

E depois, quando foi que vocês — o senhor e o Deputado Wanderval — conversaram sobre isso?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Após a nota na imprensa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quando o problema se tornou público, veio a público?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E com o Deputado Carlos Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não conversei com o Deputado Carlos Rodrigues ainda não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nunca mais?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Desde esse episódio?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Hã, hã.

Sr. Presidente, eu tenho aquele problema que eu já mencionei, do meu pronunciamento no Grande Expediente. Eu não vou perder, não, porque é raro.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Se quiser passar, eu posso...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não, nem vou ceder. Eu sugiro, então — que é o que me parece possível — suspender a reunião por 25 minutos.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Pode prosseguir.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pode prosseguir, depois eu pego as notas taquigráficas.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não, no seu retorno dará tempo, provavelmente, para fazer outras indagações.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, mas eu, como Relator, gostaria de ouvir também as indagações de agora, embora possa ter acesso a elas, obviamente com as notas. Tem que ver se não há nenhuma objeção regulamentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Não há e V.Exa. decide.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, apenas uma sugestão: eu acho que realmente fica a critério do Relator. Se S.Exa. entender que as notas taquigráficas, depois, serão suficientes, nós daríamos prosseguimento. Se entender que é fundamental a sua participação, nós suspenderíamos, porque imagino que o critério é totalmente do Relator, realmente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Certo. Então com esse poder que me é atribuído, eu, em respeito e em total confiança aos colegas, entendo que a sessão deve continuar, as indagações devem ser feitas. Evidentemente tão logo eu possa, eu retornarei.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas se V.Exa. quiser eu o represento lá no plenário, pelo PSOL.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Já temos vários que podem me substituir lá, com sobras, fazendo um pronunciamento seguramente de melhor qualidade, mas infelizmente eu não posso fazer essa permuta.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Não é nem permuta, é cessão. Eles não vão te dar outra.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não, quando eles eventualmente forem sorteados, eles me cederão. Mas, sabe lá, não posso trocar o certo pelo duvidoso. De qualquer maneira eu agradeço a paciência e a compreensão dos colegas da Mesa e do Sr. Célio. Já, já eu volto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - V.Exa. está dispensado por 40 minutos.

Vamos ouvir o Deputado Josias Quintal.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - O advogado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Tem a palavra o nobre advogado.

O SR. MARCELO BESSA - A defesa não tem perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Ele já havia me falado.

Com a palavra o Deputado Josias Quintal.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Sr. Presidente, Sr. Célio Marcos, eu observava as indagações que o Relator fazia ao senhor, e pude perceber que os senhor tem sempre umas respostas curtas, o senhor é muito lacônico ao dar as respostas. Tem falado mais aquele que faz as indagações, ou seja, o Relator tem falado mais do que o senhor. Quero que seja o inverso. Nós precisamos ouvir muito do senhor; queremos que o senhor fale muito e não nós. Então, nesse sentido, eu quero lhe fazer uma pergunta e pedir que o senhor relate, embora possa ser repetitivo, mas é importante para nós, toda essa história desde o primeiro momento: quando o senhor foi procurado, por quem, em que circunstâncias, em que ambiente se deu essa conversa inicial, qual a missão que foi passada ao senhor e, lá chegando, no banco, por quem foi recebido, que conversa houve, se havia alguma senha, se havia alguma recomendação, enfim, o que o senhor observou lá? Então,



gostaria que o senhor contasse toda essa história desse início, desse momento até o momento em que o senhor chegou ao Bispo Rodrigues, conforme o senhor relatou, novamente levando aquele envelope. Então, conte toda essa história para nós, se possível com detalhes: quando se iniciou esse papo, em que circunstâncias, em que ambiente tudo isso se deu.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Deputado, eu recebi uma ligação no meu celular do gabinete do Deputado Carlos Rodrigues com a seguinte ordem: *“Célio, você está na casa?”* Eu: *“Sim, senhor”*. Aí eu falei: *“Estou na Casa, sim”*. Aí ele me perguntou: *“Você está onde agora?”* Eu falei: *“No térreo. Estou indo almoçar”*. Ele disse: *“O Deputado Carlos Rodrigues pediu para você encontrar com ele na garagem”*. Por ele fazer esse tipo de pedido, eu não achei estranho. Fui até a garagem e lá encontrei com ele. Ele me entregou um bilhete, pedindo para eu ir num endereço. Estava lá escrito: *“Brasília Shopping, 9º andar”*. Eu recebi o bilhete dele e fui. Não perguntei para ele o que fazer, o que pegar. Aí ele me respondeu: *“Você pega uma encomenda para mim lá nesse endereço”*. E eu: *“Sim, senhor”*. Entrei no meu carro e me dirigi ao endereço. Chegando no endereço, eu me identifiquei na portaria do shopping. Aí... *“Eu vou ao 9º andar”*. Não perguntei o que que era o 9º andar. Subi até ao 9º andar. Chegando ao 9º andar, eu dei na entrada do banco. Entrei, porque eu não vi outra sala lá. Se existia, eu desconheço. Porque a única vez que eu fui foi dessa vez. Chegando lá, eu fui identificado pela pessoa. Eu não me identifiquei, a pessoa é que me identificou. Então, agora eu não sei quem foi que falou, como a identificação. Aí, eu entrando no banco, a pessoa me identificou e perguntou para mim: *“Você é o Célio?”* *“Sim, senhora.”* Aí, ela falou: *“Você veio buscar uma encomenda para o Deputado Carlos Rodrigues”*. Eu: *“Sim”*. *“Então, está aqui.”* Aí, me entregou o envelope. Eu saí, em seguida, do shopping e fui até à residência do Deputado. Foi esse o ocorrido.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Essa pessoa que recebeu o senhor no banco era um homem, mulher? O senhor tinha o nome?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Era uma mulher, só que eu não tinha o nome. E no bilhete também não tinha o nome.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Ela lhe falou taxativamente: *“O senhor veio a mando do Bispo Carlos Rodrigues?”*



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Ela foi clara?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Foi, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Está bom, Sr. Presidente. Eu não tenho mais... Ah, sim, boa lembrança do Deputado Carlos Sampaio. O senhor assinou algum recibo da...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Nada?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Muito obrigado, Sr. Presidente. Só para deixar consignado porque das experiências que temos em outros processos envolvendo banco, o Banco Rural, no caso, por exemplo, do Romeu Queiroz, as operações também foram completamente informais. Então, há uma similaridade entre essa operação e outras operações levadas a efeito, envolvendo outros Parlamentares também. Há muita similaridade. Ou seja, as operações são absolutamente informais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Fica registrada a observação. Com a palavra a Deputada Angela Guadagnin.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Boa-tarde, Sr. Célio.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Boa-tarde.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Muito obrigada por ter vindo aqui depor e esclarecer para gente os fatos que ocorreram. O senhor alguma outra vez... Eu ia perguntar do recibo, o que ele acabou de fazer, então não tem necessidade de perguntar de novo. Mas o senhor alguma outra vez entregou ou buscou alguma outra encomenda ou para o Bispo Rodrigues ou para o Wanderval?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor só transportava as pessoas do aeroporto para o Ministério, ou levava ao supermercado, só esse tipo de serviço de motorista?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - De buscar uma encomenda ou de levar uma encomenda o senhor nunca fez?



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Certo. O senhor prestava serviço como motorista para algum outro gabinete?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Só para o Bispo Rodrigues e para quem o senhor era dependente?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Quando saiu na imprensa essa questão de que esse recurso que o senhor pegou para o Bispo Rodrigues lá no banco, o Deputado Wanderval ainda tinha essa mesma relação de respeito ou de hierarquia, dependência hierárquica com o Bispo Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não sei informar para a senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Ele ainda estava freqüentando a Igreja Universal, era bispo da Igreja Universal? O senhor não sabe dizer isso?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não sei dizer, não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Dentro dessa relação com o Bispo Rodrigues, alguma vez o senhor observou um desconforto, um descontentamento do Deputado Wanderval a respeito dessa intromissão do Bispo Rodrigues no gabinete dele? Ele comentou, desabafou: *"Poxa, eu estava precisando de você, e o Bispo Rodrigues lhe pegou primeiro"* ou qualquer coisa parecida?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Obrigada.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra o Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, Sra. Conselheira, Srs. Conselheiros, Dr. Marcelo Bessa, Sr. Célio Marco.

Sr. Presidente, o fato está absolutamente repetitivo, específico, determinado e localizado. Nós não temos absolutamente nenhuma dúvida que, eu não diria nem por solicitação...

Eu vou fazer essa explanação, Célio, gostaria que você ficasse bem atento, depois eu vou lhe fazer uma indagação acerca disso que eu vou dizer.



Pelo que se ouve, pelo que se constata, o então Bispo Rodrigues, então Deputado Bispo Rodrigues mandava, ele mandava. Não dava satisfação e mandava. Muito bem. Consta também que ele tinha uma ascendência, um mando sobre outros gabinetes que não o dele, tais como nomeação de pessoal, transferência de pessoal. Especificamente no seu caso, Célio, você fazia para ele determinadas tarefas. Você já enumerou algumas delas aí — ia à escola, pegar criança na escola, ia ao supermercado, fazia isso, aquilo e aquilo outro. E uma vez, uma única vez, você recebeu essa incumbência de ir ao banco apanhar essa encomenda, que era o dinheiro. Evidentemente, você, lá no banco, tomou conhecimento que era dinheiro, certo?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - No banco, não, senhor.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Mas você recebe um pacote dentro de uma agência bancária. Pelo volume, pelo tato, o que você imaginou pelo menos que fosse?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não...

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Imaginou que fosse dinheiro.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Dinheiro.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Correto. Isso evidentemente não leva nenhuma responsabilidade a essa sua tarefa, com relação a sua pessoa. Você imaginou que fosse dinheiro. Mas você estava cumprindo uma ordem. Agora, a pergunta, que você já respondeu e que é muito importante para este Conselho, Célio. O então Deputado Bispo Rodrigues dava ordens para você sem conhecimento do Deputado Wanderval. E especificamente desta feita ele mandou que você fosse ao Banco Rural e pegasse essa encomenda. Ato contínuo, levou em sua casa. Em momento nenhum — isso é muito importante —, o Deputado Wanderval não tomou conhecimento. Você não se comunicou com ele. E após o fato, também você não lhe fez nenhum relato. Por quê? Porque isso já era rotina. Não rotina de ir ao Banco Rural, mas rotina de ficar à disposição do então Bispo Carlos Rodrigues? Você confirma isso?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Então, para encerrar. Esta incumbência de ir ao Banco Rural, pegar essa encomenda, levar para o então Bispo



Carlos Rodrigues não teve nem conhecimento nem participação, nem antes, nem durante, nem depois, do Deputado Wanderval? Você afirma isso?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra o Deputado Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Dr. Marcelo Bessa, o Sr. Célio.

Sr. Célio, o senhor fez menção que o gabinete estava praticamente colocado à disposição também do Bispo Rodrigues. Só o gabinete do Deputado Wanderval ou de outros Deputados com vínculo com a Igreja Universal?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - De outros gabinetes também.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então, todos os motoristas de outros gabinetes também estavam à disposição do Bispo Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Todos?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Todos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor foi uma única vez fazer... buscar uma encomenda?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E o senhor sabe se os outros motoristas dos demais gabinetes tinham o mesmo excesso de trabalho que o senhor tinha? Porque o senhor aqui deixou claro que praticamente o senhor mais atendia ao Bispo Rodrigues, ao ex-Deputado Carlos Rodrigues, do que propriamente o Deputado Wanderval, não é? Ou, quando não, empatava, não é?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso. Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, então praticamente não sobrava muita atividade para os demais motoristas dos outros gabinetes. Praticamente o senhor atendia quase que totalmente a demanda do Deputado Rodrigues?



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, porque ele solicitava ao motorista que ele achava que deveria solicitar no horário, no local. Ele não tinha direcionadamente a mim, a minha pessoa. Outro motorista vai, outro vem.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor sabe de outros motoristas?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor sabe só que o senhor prestou?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas o senhor não sabe de outros motoristas de outros Deputados da Igreja Universal que também faziam a mesma atividade que o senhor?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor, porque eu chegando de qualquer local que eu for, eu vou para o gabinete e me reservo e espero o próximo serviço. Eu não fico na garagem, não fico na sala dos motoristas.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas o senhor conhecia o pessoal dos outros gabinetes?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Conhecia sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E nunca nenhum comentário como: *“Nossa, o Bispo Rodrigues não dá sossego. Eu saí agora. O outro reclamando também”*. Nunca o senhor ouviu nenhum comentário dessa natureza?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Muito obrigado. Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra o Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, Sr. Célio, advogado Marcelo Bessa, Srs. Deputados. Sr. Célio, fiquei aqui matutando para lhe fazer uma pergunta. No dia em que o senhor foi ao banco devia ser hora do almoço, pelo o que o senhor me falou, pelo que ouvi o senhor falar. O senhor estava indo almoçar quando foi requisitado por uma pessoa do gabinete do Deputado Carlos Rodrigues.



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Estava almoçando. Antes desse almoço, durante o dia, o senhor esteve alguma vez com o Deputado Wanderval? Durante esse dia, tinha estado com ele?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, tinha na hora de buscar na residência. Busquei ele na residência e deixei na Câmara.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - De manhã cedo, só?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E o senhor disse também que, ao chegar ao banco, o senhor esteve na garagem com o Deputado Carlos Rodrigues, ele esteve com o senhor, fez um bilhete. O senhor sabe o que tinha no bilhete?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - O bilhete tinha: "*Brasília Shopping 9º andar*".

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não tinha um bilhete, tinha um papel anotado e o endereço.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso. Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não disse quem procurar?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Vá lá, só isso aí, e pega uma encomenda.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Muito bem. Ao chegar lá, uma pessoa, uma moça, uma senhora o identificou como Célio.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, o senhor acha... A única pessoa que lhe viu por último foi o ex-Deputado Carlos Rodrigues, porque o senhor tinha estado de manhã cedo com o Deputado, ele não ia se lembrar que roupa... Estou tirando por mim. Se me perguntar agora que roupa está o meu motorista que me pegou de manhã na minha casa eu não vou me lembrar. Então, é óbvio que quando o Deputado Carlos Rodrigues fez o bilhete lhe dando o endereço, você estava na frente dele?



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Estava, sim senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, ele viu a roupa que você estava, a calça, a camisa de todo o jeito, não é verdade?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, está claro para mim que ele foi que pegou o telefone naturalmente e avisou para a pessoa do outro lado: *“Olha, está indo o Célio, ele está indo com a calça jeans e uma camisa de manga comprida bege claro”*.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É óbvio que não pode ser de outra forma.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, quem mandou pegar a encomenda foi uma pessoa do gabinete. Mandou você encontrar com o ex-Deputado Carlos Rodrigues. Quem mandou você ir no banco foi o Deputado Carlos Rodrigues e quem deu sua descrição à pessoa do banco também foi o Deputado Carlos Rodrigues.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É claro, não pode ser de outra forma.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Deputado José Carlos, V.Exa. me permite um aparte só para contribuir?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pois não, é uma honra para mim, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Agradeço. A Sra. Simone, a diretora dessa SMPB, que fazia as entregas, disse que muitas vezes — isso quando ouvida e foi noticiado em todos os jornais, quando foi ouvida na CPMI — muitas vezes ela realmente tinha como referência tão-somente a roupa da pessoa que ia buscar o dinheiro com ela. Ela sequer sabia quem era, como era, havia uma descrição, acontecia exatamente como V.Exa. acaba de dizer.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, para mim ficou claro. Bom, após o senhor pegar a encomenda, o senhor não voltou à Câmara, foi direto para a casa do ex-Deputado Carlos Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Foi essa a orientação que o senhor recebeu?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Foi, sim senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Lá o senhor abriu o envelope com a encomenda?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E daí o senhor voltou para a Câmara?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E o senhor foi no carro de quem?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - No meu carro próprio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Seu carro particular?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Você presta serviço com o seu carro?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E o Deputado Carlos remunerava a gasolina, tudo o que o senhor gastava com o seu próprio carro?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Quem fazia isso era o Deputado Carlos Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, na verdade, na verdade, pelo que eu sei, pelo que eu estou ouvindo aí e ouvi falar, e o senhor vai me confirmar, o Deputado Carlos Rodrigues também fazia isso com outros funcionários dos outros gabinetes dos Deputados que faziam parte da bancada de que ele era o coordenador.



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Ele também reembolsava gasolina dos outros carros?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, o senhor diria aqui o seguinte: se tivesse de discutir uma ordem, de executar uma ordem entre a do Deputado Wanderval e do Carlos Rodrigues, o senhor atendia a quem?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Hoje?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não, hoje não, lá naquela época, lá atrás.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Deputado Carlos Rodrigues.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, fica claro que o Deputado Carlos Rodrigues tinha uma ascendência não só sobre os funcionários do gabinete, como também sobre os Srs. Deputados. O senhor ouviu alguma vez — porque o senhor anda de carro, os Deputados andavam com o senhor — o Deputado Carlos Rodrigues determinar alguma coisa para o Deputado Wanderval?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nunca viu?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nem repreendeu o Deputado Wanderval por alguma coisa?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Isso nunca aconteceu em seu carro?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas pelo ouvir dizer, pelo o que o senhor via, o senhor notava que o Deputado Carlos Rodrigues tinha uma ascendência forte sobre todos os Deputados da sua bancada? Ele tinha voz de comando sobre os Deputados?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Tinha voz de comando?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Tinha.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, Sr. Presidente, só a última pergunta.

Sr. Célio, o senhor acha que o Deputado Carlos Rodrigues era mais do que um coordenador, era o chefe dos Deputados que faziam parte da sua bancada?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Aí eu... Chefe não, em si não, coordenador.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não... Sim, mas se ele mandava. Manda aqui... tinha...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Coordenador, coordenador.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sim, então coordenador de uma ascendência muito forte sobre os outros Deputados também, não é isso?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Está bom. Sr. Presidente, é só isso que eu queria colocar.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, o senhor me permite? Eu teria o direito de 10 minutos, não fiz uso dos 10 minutos, mas gostaria... Eu só queria, porque me trouxe uma dúvida justamente do questionamento que foi feito agora. Porque quando eu perguntei se ele tinha conhecimento sobre os demais motoristas, ele disse que fazia o trabalho dele, voltava e sentava. Mas ele afirmou categoricamente, incisivamente, que sabia que os outros motoristas também recebiam dinheiro da gasolina. Como é que o senhor sabia disso? Por que o senhor dialogava com os outros?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor, porque do jeito que ele me remunerava, ele remunerava outros.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, o senhor acha?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Eu acho.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então, o senhor não tem certeza?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Porque o senhor respondeu de forma categórica que ele pagava, mas o senhor mesmo disse que o senhor fazia a sua atividade, voltava para o gabinete e ficava sentado e não conversava com



ninguém. Inclusive disse para o Deputado Chico Alencar que o senhor não relata nada para ninguém. E quem não relata nada para ninguém também não deve ouvir relato de ninguém.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Então, o senhor me desculpe.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, por isso que eu estou querendo tirar essa dúvida. Por outro lado, aproveitando que eu já retomei a palavra, o senhor tinha convivência cotidiana, normal, com o conjunto dos Deputados da Igreja Universal?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Em que parte? Porque eu não entendi, desculpe.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Por exemplo, a ascensão de alguém sobre outros, eu só posso falar se eu conviver em reuniões que eu possa, então, presenciar e ver que, de fato... Por exemplo, nosso Líder aqui é o Deputado Nelson Trad, ele tem uma ascensão sobre este Conselho. E eu falo isso, porque nós convivemos aqui cotidianamente, eu sei disso. Quer dizer, se eu não convivesse aqui, eu não poderia fazer tal assertiva. O senhor convivia nas reuniões dos Deputados da Igreja Universal?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Muito obrigado.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Por nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra o Deputado Jairo Carneiro.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Era só... Ele usou uma expressão: *"Ele me remunerava"*. Como que era essa remuneração, essa restituição do gasto que o senhor tinha com o combustível?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Eu falava: *"Deputado..."* Ele chegava para mim e falava: *"Célio, quanto... E aí, a gasolina?"* – *"Ah, o senhor que sabe, Deputado"* Aí ele me dava 100 reais, 200 reais, o que ele achava.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor não dava nota?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhora.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, só para fazer uma observação na colocação do Deputado Fantazzini. Ele disse que só os que convivem aqui sabem da ascensão de V.Exa. sobre os Conselhos. Não, muitos que não convivem aqui, mas que o vêem pela televisão e vêem a *TV Câmara*, que hoje a audiência é muito grande, sabem também. Então, não só nós, que estamos aqui, sabemos da ascensão de V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, Deputado Jairo Carneiro, me permite só um minutinho, só para participar dessa repescagem também. É público e notório, vamos usar de uma franqueza, eu fui testemunha algumas vezes que o então Bispo Rodrigues, ele chamava a atenção e admoestava seus companheiros da bancada dele. Então, nós não podemos sequer insinuar que, na simplicidade do Célio Marcos, não na sua pessoa, nenhum demérito à sua pessoa, mas pela função que você exercia, que você tivesse algum tipo de relacionamento mais assim, porque simplesmente ele não admitia. Isso tem que deixar absolutamente claro.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas ele negou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, Sr. Advogado, Sr. Célio, eu peço desculpas, porque eu cheguei quando já se havia iniciado a reunião, se já respondeu, se não houver nenhum inconveniente, são respostas curtas.

Qual é a sua religião?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não tenho religião.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - É ateu? Não crê em nada?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, só acredito em Deus.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Você foi batizado em alguma religião?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Fui sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas não é membro...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Na católica.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não é da Igreja Universal?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Como é que conheceu o Bispo Rodrigues? Já foi feita essa pergunta?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Já, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Tem muitos anos isso?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Eu conheci o Deputado Carlos Rodrigues desde o mandato do Pastor Valdeci Paiva.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Você trabalhava com o Deputado Valdeci?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E lá já prestava serviços ao Bispo?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E transportou alguma encomenda naquela época?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Se o Bispo mandasse você praticar um ato de agressão contra alguém, você praticava?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Por quê?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Por quê? Não sei responder para o senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não, tem de responder.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não teria coragem.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas ir buscar uma encomenda assim, de uma maneira não clara... Você não achou nada de mais?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor, porque eu fazia... Eu buscava... Era o meu serviço.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Se ele mandasse outras vezes o senhor iria?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Hoje, não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Por quê?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Pelo tanto que eu estou sendo prejudicado.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas continua como funcionário do gabinete?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Do Pastor Wanderval Santos.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Obrigado.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - De nada, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Vamos apreciar alguns requerimentos que se encontram sobre a mesa:

Requer a adoção das providências que menciona relativas ao Processo nº 19/05...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pela ordem, Sr. Presidente.

A minha questão é muito clara: se nós não vamos mais tratar do caso, nós poderíamos dispensar o Sr. Célio. Ah, ele vai aguardar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Estou atendendo a solicitação do Deputado Chico. Então:

“Requer a adoção das providências que menciona relativas ao Processo nº 19/05, instalado para apreciar a Representação nº 57/05 contra o Deputado Federal Onyx Lorenzoni.

Sr. Presidente, na qualidade de Relator da Representação nº 57/2005, feita pelo Partido dos Trabalhadores —PT, contra o Deputado Onyx Dornelles Lorenzoni, requero a V.Exa., nos termos do inciso IV do §4º do art. 14 do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, combinado com o art. 11 do Regulamento do Conselho de Ética, a adoção das seguintes providências:

a) a realização de perícia grafoscópica pela Polícia Civil do Distrito Federal para verificar a autenticidade da assinatura constante ao final da Representação nº 57/05, que teria sido firmada pelo então Presidente do Partido dos Trabalhadores, Sr. Tarso Genro;



b) a requisição de cópia integral do laudo pericial obtido pela revista Veja e que fundamentou a reportagem divulgada sob o título PT falsifica assinatura, na edição nº 1.932, de 23 de novembro de 2005.

Justificação

Reportagem publicada pela revista Veja, na sua edição nº 1.932, de 23 de novembro de 2005, informa que a assinatura firmada ao final da Representação nº 57/05, objeto de processo neste Conselho de Ética teria sido falsificada e não pertenceria ao então Presidente do Partido dos Trabalhadores, Sr. Tarso Genro.

Segundo a matéria, a aludida falsidade foi comprovada em laudo emitido por uma instituição particular, o Instituto Del Picchia, de São Paulo, cujo conteúdo integral está sendo solicitado neste requerimento. Entendemos que a autenticidade de tal assinatura deve ser verificada também por uma instituição pública, como a Polícia Civil do Distrito Federal, para que a legitimidade do representante seja confirmada e a representação possa ser regularmente processada por este Conselho.

Por outro lado, caso a autenticidade da assinatura não seja comprovada, estaremos diante do possível crime de falsidade ideológica, além da impossibilidade de seguimento da análise da representação, por falta de legitimidade ad causam.

Cabe ressaltar que a necessidade de realização de perícia já foi anunciada pela Presidência deste Conselho por intermédio de nota distribuída à imprensa em 21 de novembro do corrente, em esclarecimento às notícias veiculadas pela revista e, também, requerida pelo representado em edição protocolada neste Conselho em 22 de novembro de 2005”.

Data de 23 de novembro de 2005 e assina o Deputado José Carlos Araújo e a Relatora.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente, pelo que o V.Exa. acabou de ler há alguma divergência de data. A nota distribuída à imprensa é do dia 21 e, depois, no dia 22 foi protocolado aqui. A revista não poderia ter saído no dia 23. Teria que ter saído antes do dia 21, quando o Deputado Ricardo Izar deu uma nota à imprensa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Ah! Sim. Está dizendo aqui a Secretária do Conselho que a data que aparece na revista sempre é da quarta-feira. Mas é uma observação de muito interesse que, na realidade, a senhora será informada através de elementos mais consubstanciados.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Embora seja a palavra da nossa Secretária aqui de extrema fé.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr, Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra o nobre Deputado José Carlos Araújo, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, as revistas semanais, quase todas elas, saem com a data de sábado ou domingo. Mas, na verdade, elas começam a circular, em São Paulo, na sexta-feira. A Deputada deve se lembrar disso, que a *Veja*... Muitas vezes, eu estava em Salvador, e amigos de São Paulo, como foi o caso desse aqui, na sexta-feira, à noite, já me ligavam falando dessa publicação, e entrei no *site* da revista e já puxava a reportagem. Mas, na capa da revista fala 23. Fala 23. Tanto é que a reportagem de 23 foi — voltando aqui... A nota distribuída pelo Presidente Ricardo Izar, que está na minha mão aqui, é datada de 21. Então, o 23 foi na quarta-feira, que foi feriado, inclusive. A revista teria saído... Eu acho que a Deputada tem razão. Tem razão absoluta, porque teve um feriado no meio e nós devemos ter feito... Na verdade, a revista, eu estou com a reportagem só da parte de dentro aqui, mas... Coincidentemente, a revista, então, nessa semana, saiu no feriado, Deputada, porque a revista está de 23. Está aqui na revista, 23. A nota do Deputado Ricardo Izar está de 21. Nós reportamos exatamente o que está nas datas. Então, a revista deve ter saído exatamente...



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Dezesseis foi quarta, não é?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)* - ... Dezesseis saiu a revista. Na segunda-feira, o Presidente já tinha conhecimento... *(ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É, então a revista saiu com data... alguma coisa... Porque, na verdade, o Deputado Ricardo Izar não podia adivinhar estar com a data de 21 e a revista realmente está com data aqui de 23 de novembro.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Está certo. As datas estão certas. E a da nota também está. É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Continua em discussão.

Com a palavra, Deputado Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, para mim não é nem muito uma discussão. Mas, pelo que eu me recordo, foi lida uma manifestação do atual Presidente que fora eleito pelo Partido dos Trabalhadores, ratificando os termos da denúncia apresentada e firmada anteriormente pelo Presidente interino.

Eu tenho para mim que o atual Presidente é um Deputado desta Casa, o Deputado Berzoini. Se ele está ratificando, eu acredito que não é motivo para que o Conselho faça exame grafotécnico ou que o solicite. Caso o atual Presidente do Partido dos Trabalhadores não estivesse ratificando os termos da denúncia, eu compreendo que era motivação suficiente para então aclarar se de fato aquele que firmou tal representação, de fato, é ou não quem se dizia ou quem ocupava o cargo.

Então, eu confesso que não consigo entender a motivação, até porque este Conselho não tem legitimidade, inclusive, para averiguar se houve uma falsificação de assinatura. Agora, se...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O que, no meu ponto de vista, o Conselho deveria fazer era dar prosseguimento, uma vez que tenha sido ratificado, e encaminhar ao Ministério Público para apuração, para inclusive saber, caso falsa fora a assinatura, abrir procedimento para apurar e sancionar aqueles que deram motivação.



Esse é o meu entendimento, e acredito, Sr. Presidente, que nós estaríamos agilizando as ações do Conselho de Ética com esse entendimento. Mas, respeito democraticamente qualquer manifestação ou decisão em contrário.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ...contribuir com a observação feita pelo Deputado Fantazzini, eu só ponderaria o seguinte: esse ratificar implica dizer que a representação passou a ser feita na data da ratificação, ou na data anterior? Porque a representação inaugura a instrução probatória. Se esse ratificar é no sentido de que aquela assinatura não era verdadeira, passa a valer a partir de agora, nós temos um novo prazo. Inaugura-se um novo prazo. Se ele ratifica porque aquela assinatura foi falsa, ou melhor, não teve validade, aí nós teríamos que, sim, continuar na questão do grafotécnico. Eu sou favorável a que seja realizado o exame grafotécnico, independentemente de não apurarmos, para esse efeito de data, que é muito importante, porque nós estamos percebendo que esse formalismo exagerado, que eu digo sempre, vem “ao encontro” e não “de encontro” aos interesses do Conselho.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA Sr. Presidente, pela ordem, sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, talvez seja excesso de zelo da nossa parte, mas eu quero evitar com isso... Lógico, a palavra do Presidente Deputado Berzoini, para mim, é suficiente. Eu não tenho a menor dúvida do que ele afirmou, que a assinatura está... Eu estou querendo evitar que amanhã o representado, que já fez o pedido formalmente a este Conselho, que o representado amanhã tenha, procure o caminho do Supremo para dizer que nós, que não exerceu todo o seu direito de defesa. Então, eu estou tendo excesso de zelo pedindo, que nada vai atrapalhar as investigações ou o nosso trabalho, para que amanhã não dê lugar ao representado entrar na Justiça por ter esse pedido indeferido.



Portanto, é uma precaução a mais que esse Relator toma pedindo. Na verdade, até porque na própria reportagem da revista *Veja* diz o seguinte — vou ler aqui para o nobre Deputado:

“O Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, deu uma informação técnica sob o ângulo formal: o laudo prevalece. Isso significa que Genro pode dizer o que quiser, mas se a prova material oficial não lhe der o devido respaldo estará caracterizada a falta com a verdade”.

Então, vejam os senhores, a própria revista já levanta uma dúvida, já levanta um questionamento. Que, mesmo dito que é a assinatura do próprio Tarso Genro, poderá ser contestada. Portanto, para evitar esse tipo de questionamento é que eu já estou pedindo, Sr. Presidente, esse exame. Portanto, é uma precaução que o Relator toma, e eu faço um apelo aos nobres Pares que isso seja levado em consideração.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente... Obrigada. Eu queria fazer duas ponderações. A primeira é que eu concordo com a solicitação. Eu acho importante exatamente pelas razões que o Deputado José Carlos falou, da situação de prevenir. Antes prevenir do que remediar, e eu acho que, para esse Conselho, é importante que nós tenhamos o estudo da assinatura do Tarso Genro para comprovação, se foi ele mesmo que assinou.

Segunda questão. Na realidade, quando o atual Presidente do Partido dos Trabalhadores, Deputado Berzoini, ratificou a assinatura, ele não quis dizer que a partir daquele momento se não valesse a assinatura do Tarso Genro ele estava assinando agora. O que ele diz é assim: o Partido dos Trabalhadores entrou na data tal com essa representação. Então, ele confirmou que a representação ocorreu por conta da forma como o Deputado Onyx Lorenzoni se comportou, inclusive questionando opção de ações e fazendo acusações levianas e inverídicas.

Então, na realidade, esse questionamento eu acho importante que seja sanado, mesmo que o Deputado Ricardo Berzoini tenha dito que o Partido dos Trabalhadores reconhece que entrou com essa ação. Eu acho importante, inclusive, para que a própria imprensa depois coloque que a matéria da revista *Veja* foi falsa e



foi tendenciosa, quando disse que a assinatura era falsa. Então, eu acho importante, sim, que seja feito o estudo e comprove que aquela assinatura era do Tarso Genro.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - *Data venia*, melhor do que V.Exa., não para concordar comigo, evidentemente, mas, se nós estamos partindo de um pressuposto falso — pelo menos a denúncia é que a assinatura não confere —, como vamos admitir uma ratificação em cima daquilo que presumidamente é falso? Acho que há um equívoco nesse sentido. Fica prejudicado. Agora, se o Partido dos Trabalhadores inovar, se ele entrar com uma representação nova, tudo bem. Agora, se ele ratificar, a não ser que o sinônimo de ratificar aí seja outro, não seja confirmar, inovar, em cima de algo que nós estamos presumindo que seja falso, eu realmente não estou entendendo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, só para esclarecer. Não houve ratificação do Presidente do PT. Ele me disse na nota que manda, no ofício que manda, como disse o Presidente Tarso Genro, foi ele quem assinou. Ele não ratificou, até porque era o modo próprio de fazê-lo. Portanto, ele não ratificou. Ele apenas, como disse a nobre Deputada, disse que a assinatura foi feita na época própria, no momento próprio. Então, não há ratificação nesse ponto. É esse ponto que eu queria esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra o Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu já estou esclarecido e votarei a favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Então, vamos colocar em votação.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, acho que nós temos de esclarecer algumas questões. Primeiro, só ratifica quem tem poder para tal. O então Presidente, que firmara na oportunidade, disse publicamente que a assinatura era dele. O atual Presidente, que tem poderes de ratificar os termos da



Representação, inclusive faz menção nesse sentido, de que o então Presidente assume que a assinatura é dele e o partido está ratificando.

Eu já fui, não sou mais, do PT, mas conheço muito bem quem é Tarso Genro e sei que jamais daria uma declaração, caso não tivesse sido ele. Agora, o que não se pode é este Conselho prejudicar por uma matéria de jornal ou de revista. Não é presunção de falsidade. Qualquer órgão de imprensa faz uma presunção e o Conselho acata? Onde está no Código de Ética deste Conselho que a presunção de qualquer indício trazido pela imprensa é motivação para que este Conselho deixe de dar andamento nos seus procedimentos?

Se assim passar a ser, é um grande risco para este Conselho. Se a imprensa passar a pautar as ações no Conselho Ético, é um risco ao Conselho de Ético no seu regular funcionamento.

Então, isso me preocupa, até porque, ao final, se comprovando, Deputado Carlos Sampaio, que a assinatura é verdadeira, o prazo já se foi. E esse prazo beneficia a quem? Beneficia ao denunciado. Então, eu não tenho nenhuma objeção que se faça o exame sem prejuízo do regular andamento do processamento neste Conselho, porque, senão, o Conselho se pauta pela imprensa, e passa a ter uma nova figura dentro do Conselho, que são os embargos da imprensa. A imprensa embarga qualquer procedimento neste Conselho, e nós vamos ter que acatar todo e qualquer tipo de embargo promovido por qualquer órgão da imprensa.

Então, Sr. Presidente, votarei contra, porque entendo que quem deve argüir a falsidade... O Conselho até pode encaminhar ao Ministério Público, sem prejuízo do regular processamento. E, ao final, se comprovada ou não, o processo já está no seu andamento, sem favorecimento nenhum quanto a prazo para nenhuma das partes.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, apenas para, no caso, contraditar o que fora dito aqui pelo Deputado Fantazzini. Não se trata de sermos pautados pela imprensa. Trata-se de uma matéria de uma revista que traz à luz uma perícia realizada — portanto, uma prova pericial — e uma perícia que constata a falsidade de uma assinatura.

Se essa perícia precisa ser refeita, deve ser refeita, se ela tem ou não fé, não me cabe aqui discutir. O que nós temos é um perito, que, como regra, tem essa fé,



atestando que a assinatura é falsa. Então, é oportuno o pedido do Relator. De mais a mais, eu confesso, Sr. Presidente, que nós deveríamos dar uma certa guarida aos Relatores porque a eles o convencimento é muito mais importante do que a nós, Conselheiros, porque evidentemente eles têm uma análise muito mais profunda do caso deles, além dos casos todos que analisamos conjuntamente.

Então, eu sou favorável e acho que não se trata de ser pautado pela imprensa. Trata-se de precaução em razão de uma perícia, de um exame pericial que foi realizado e que já constatou uma falsidade naquela assinatura. Portanto, é melhor que façamos um outra perícia por um perito indicado por este Conselho, ou a critério da Casa, mas que tenha fé perante esta Casa. Então, sou favorável ao pedido do Deputado José Carlos Araújo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Finalmente, tem a palavra o Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, apenas para eliminar uma dúvida aqui de compreensão de minha parte com referência ao pronunciamento do Deputado Orlando Fantazzini.

O Deputado Orlando Fantazzini declarou que é a favor da realização da perícia. Agora, ele entende que não deve haver a paralisação do processo. Creio que esse é o voto dele e creio que essa também é a intenção do Relator, não é de paralisar o processo. Então, não vejo divergência no Plenário. Realiza-se a perícia, sem prejuízo do prosseguimento do feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) – Vamos votar o requerimento. Tem a palavra o nobre Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Consignando-se de que é sem prejuízo do regular processamento, sem qualquer problema. Agora, o que não pode é condicionar ao aguardo de uma perícia para ter agendamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Perfeitamente. Creio que é bastante procedente e lógica a sugestão do nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, só para ajudar, o Deputado Jairo Carneiro foi muito feliz. Até porque, Sr. Presidente, eu já tomei várias providências, ou seja, pedi a fita da TV que veiculou o noticiário do dia seguinte ao fato que aconteceu, pedi a este Conselho que enviasse a documentação



que foi dita, que foi mandada para este Conselho através da CPMI, pedi todas as coisas que podemos trazer à luz. Esse é um caso diferente, Sr. Presidente. Nós não estamos tratando de quem foi buscar dinheiro, de quem recebeu dinheiro. Estamos tratando de uma representação completamente diferente de todas que estão aí. Estamos tratando de alguém, de uma suposição, uma afirmação por parte do Partido dos Trabalhadores e uma negativa da defesa do Deputado representado de que não vazou. Então, estamos discutindo o vazamento de informações de uma CPMI que só virá à luz após termos na mão as fitas, o depoimento dos repórteres, do Relator da CPMI. Então, são fatos que temos que ouvir. Então, essas providências todas estão sendo tomadas, sem nenhum prejuízo. Eu estou apenas pedindo mais uma precaução, que é justamente o exame que peço neste instante. Portanto, o Deputado Jairo Carneiro foi muito feliz nas suas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Vamos votar o requerimento com o adendo formulado pelo Conselheiro Orlando Fantazzini: sem prejuízo da tramitação do processo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O prazo vai até março. Não vou usar esse prazo todo. A representação foi no dia 24. Então, tem prazo suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Perfeitamente. Tranquilizemos

Os Conselheiros que estão de acordo com o requerimento com a observação feita e relacionada ao adendo do Deputado Orlando Fantazzini permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Temos um requerimento aqui. É uma representação do Deputado Onyx Lorenzoni:

“Em vista dos últimos fatos noticiados pela imprensa nacional, venho diante de V.Exa. dizer e requer o quanto segue:

É estarrecedora e preocupante a notícia veiculada pela revista VEJA, edição 1.932, ano 38, nº 47, págs. 46, 47 e 48, publicada no dia 18 de novembro do corrente



ano, dando conta de que é falsa a assinatura apostada na representação promovida pelo Partido dos Trabalhadores contra o Requerido”.

Ele transcreve toda a notícia formulada pela VEJA:

“Em sendo falsa a assinatura — confirmando-se a denúncia em comento —, torna-se evidente que representação não possui legitimidade para prosseguir, por padecer de nulidade absoluta constante na ausência completa de capacidade postulatória, hipótese em que deve ser determinado o seu imediato arquivamento (e instaurados os processos disciplinares, penais e indenizatórios de estilo)”.

E conclui:

“Diante do exposto, vem o Requerido perante V.Exa. solicitar seja determinada a imediata suspensão do presente processo, encaminhando-se a mesma à elaboração de perícia técnica com vistas à confirmação das graves denúncias formulados pelo periódico, sugerindo para a elaboração da perícia o Instituto de Criminalística da Polícia Civil do Governo do Distrito Federal e o Instituto Geral de Perícias da Secretaria da Justiça e Segurança do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Confirmando-se a fraude, requer-se desde já o arquivamento do presente feito e demais medidas legais pertinentes”.

A data é de 22 de novembro de 2005, e a assinatura é do Deputado Onyx Dornelles Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Requeiro que V.Exa. declare prejudicado, em razão da votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - É o que vou fazer, em respeito à sábia intervenção e ao sábio pedido de V.Exa.



Arquive-se. Prejudicado. Vai para o modesto arquivo de um funeral.

Solicito ao Deputado Edmar Moreira, que se encontra presente, que leia o seu requerimento, relacionado ao envio à Mesa da Câmara dos Deputados, pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para submissão, em caráter de urgência, ao Plenário desta Casa, de pedido de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do representado Deputado José Mentor, no Processo nº 11/2005.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, há uma seqüência aí. Tem outro requerimento de encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - É verdade.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Requeiro o encaminhamento, para submissão, em caráter de urgência, ao Plenário desta Casa, de pedido de transferência de dados bancários, telefônicos e fiscais. Porque são provas imprescindíveis ao processo, que foram fornecidas à CPMI dos Correios. E nós precisamos dessa autorização para fazer uso dessa prova.

Aqui, apenas a Justificativa. Da causa do pedido.

Inicialmente, cumpre-se destacar que as provas emprestadas que eventualmente sejam carreadas para o presente feito devem ser legitimadas, mormente quando se tratar de informações protegidas por leis que resguardam a intimidade e a salvaguarda de dados sigilosos.

Essa é a preocupação. Isso posto, apenas para facilitar, sendo aprovado, esta Presidência encaminha à Mesa da Câmara, em caráter de urgência, para submissão ao Plenário da Câmara dos Deputados, requerimento de transferência de dados bancários.

Para que eu possa utilizar essas provas, repito, deve ter essa legitimação. Elas têm de ser legitimadas, porque os senhores sabem que há uma lupa, uma luneta aqui em cima do Conselho, e não basta agir com certo. Temos de provar que estamos agindo com lisura e absolutamente com imparcialidade.

Para os fins da segunda parte do parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, quanto aos documentos necessários, que seja inserido no corpo do requerimento deste Conselho, a ser encaminhado à Mesa, menção aos seguintes documentos... Aqui, com certeza, entra a competência



da nossa Assessoria. Eu relatei os documentos. Requeiro apenas que sejam encaminhados.

Então, Sr. Presidente, este primeiro requerimento é para legitimar os documentos obtidos através de quebra de sigilo bancário. Nós precisamos dessa legitimação para que amanhã eles não sejam contestados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Alguém quer discutir?
(Pausa.)

Com a palavra o Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, nobre Relator, Deputado Edmar, eu talvez, com todo o respeito à sabedoria de V.Exa., mas eu não sei se seria valioso termos a contribuição da Consultoria para algum esclarecimento. É a respeito da necessidade de a matéria ir ao plenário da Câmara dos Deputados. Eu creio, já tivemos situação parecida, e imagino que não se recorreu a esse tipo de procedimento em outro processo.

Seria bom que a doutora pudesse utilizar o microfone. A doutora pode usar o microfone para prestar...

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Deputado Jairo, com certeza nós não precisávamos nos socorrer de nenhuma outra assessoria, tendo em vista a competência da D. Terezinha e de toda a sua equipe. Mas vou me permitir ler o art. 15 do Regulamento do Conselho:

“Art. 15. O Conselho poderá encaminhar à Mesa requerimento solicitando a transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Representado, obtidos por Comissão Parlamentar de Inquérito encerrada ou em funcionamento na Câmara dos Deputados”.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - É o caso, nobre Relator. Não precisa ir ao plenário. A Mesa é que oficiará à Direção da CPMI para que repasse essas informações. É procedimento já utilizado em outro processo. Então, seria um caminho mais curto, porém legal. Um caminho legítimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - A Mesa tem em mãos aqui o art. 14, que diz:



“Art. 14. Nos casos puníveis com perda ou suspensão de mandato, o Conselho, em petição fundamentada, poderá solicitar à Mesa, em caráter de urgência, que submeta ao Plenário da Câmara dos Deputados, requerimento de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Representado”.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não é hipótese. Não é hipótese.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - É que o artigo posterior... Eu estou entendendo...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não é o caso, Deputado Nelson Trad.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - É o 15 ou o 16. O art. 14 fala que, querendo a quebra de sigilo, nós temos de submeter à Mesa, que deverá submeter ao Plenário. Já tendo ocorrido alguma quebra em CPI, aí se requer à Mesa.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, só para corroborar aqui, *in totum*, o que fora dito pelo Deputado Fantazzini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - E aqui o art. 15...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Em se tratando de requerimento, sim. Mas no caso, não. Não se trata de um requerimento para a quebra. A quebra já foi determinada pela CPI. Trata-se tão-somente de prova emprestada. E aí submete-se à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - É aplicável, portanto, o art. 15.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Pode ler, nobre Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Atendo.

“Art. 15. O Conselho poderá encaminhar à Mesa requerimento solicitando a transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Representado, obtidos por Comissão Parlamentar de Inquérito encerrada ou em funcionamento na Câmara dos Deputados”.

Aí o parágrafo único afirma:



“Parágrafo único. Na justificação do requerimento, além de circunstanciar os fatos e determinar a causa do pedido, o Conselho deverá precisar os documentos aos quais necessita ter acesso”.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - O requerimento que se encontra com a Presidência está absolutamente fundamentado e justificado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Quer repetir, nobre Deputado?

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - O requerimento que se encontra em poder da Presidência está absolutamente justificado e fundamentado.

Sr. Presidente, por favor, o art. 16 complementa:

“Art. 16. O levantamento e a transferência de dados sigilosos, a que se referem os arts. 14 e 15, só serão admissíveis em relação à pessoa do Representado, somente sendo permitida a solicitação de acesso às informações sigilosas de terceiros,” — no caso, está aqui no meu requerimento, o Marcos Valério — “mediante relatório preliminar circunstanciado justificando a necessidade da medida”.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, mas o questionamento que levantou o Deputado Jairo é de que o pleito é para solicitar ao Plenário, enquanto a transferência é à Mesa. Mas isso é tranqüilo, Deputado Edmar.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Independe do Plenário.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - O meu requerimento é para que a prova seja legitimada. Agora, estou submetendo a esta Presidência e a este Plenário que legitimem essa prova da melhor maneira, evidentemente, que couber. E eu invoco o Conselho. Seria o art. 15.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Muito bem.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - *“O Conselho poderá encaminhar à Mesa” — no caso — “requerimento solicitando a transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Representado”.* Eu estou requerendo ao Presidente do



Conselho de Ética. Compete ao Conselho de Ética requerer à Mesa a legitimação dos dados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Com base no art. 15.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Vejo, pela presença dos Conselheiros, a solidariedade, então, a essa última afirmação em relação ao art. 15.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - V.Exa. pode então pôr em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não há nenhuma manifestação de mão erguida, que seria o “não”.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente, eu ia solicitar que o senhor desse novamente a palavra ao Relator, porque o Sr. Célio está presenciando uma atividade administrativa do Conselho. E o Relator, não tendo mais nada a perguntar, pode dispensá-lo, e nós continuamos nas nossas atividades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Acolho a observação e a sugestão de V.Exa. Nós vamos retomar os nossos trabalhos.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Peço desculpas aos colegas do Conselho se repeti perguntas, mas o dom da ubiqüidade eu não tenho e não sei o que aconteceu. Mas o que abunda não prejudica.

Sr. Célio, da forma objetiva como o senhor responde, eu também vou tentar ser objetivo nas indagações. Apenas algo que não me ficou muito claro ainda.

Quando o gabinete do Deputado Bispo Rodrigues, que tinha total ascendência sobre outros gabinetes, como o do Deputado Wanderval, para o uso, a utilização de serviços de seus servidores, telefonou-lhe, eles informaram que o ex-Deputado Rodrigues ia ao seu encontro?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso. Não. Eu ia ao encontro dele na garagem.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o senhor não estava mais no gabinete.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - No meu gabinete, não, senhor.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E eles lhe alcançaram pelo telefone celular.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o senhor já ia — eu não entendi exatamente isso —, o senhor ia ao encontro dele?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, eu ia almoçar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Eu estava saindo para ir almoçar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Aí o gabinete do Deputado Bispo Rodrigues lhe disse que ele o estava aguardando na garagem.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E lá ele lhe pediu essa missão de ir ao Brasília *Shopping*, num determinado andar, pegar uma encomenda. Foi isso?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Depois o senhor pegou essa encomenda e foi até a casa dele.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E era usual esse tipo de solicitação de serviço fora do telefone ou fora do gabinete, dos gabinetes?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Às vezes era mesmo na garagem, na rua?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - O quê? O pedido?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Costumava acontecer ou foi a primeira vez?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não. De encontrar com ele, a primeira vez.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - De fazer um pedido sem ser... assim, num ambiente que não era do trabalho; um encontro na garagem, por exemplo. Foi a primeira vez?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - A primeira vez.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Assim como foi a primeira vez que ele solicitou esse tipo de atividade, num banco...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor conhecia o Banco Rural? Já tinha ouvido falar?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nunca?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor é daqui de Brasília?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sou, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor lembra quando foi isso?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E agora algumas perguntas mais ligadas ao Deputado para o qual o senhor trabalha.

O senhor continua trabalhando com o Deputado Wanderval?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Continuo, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor acompanhou o depoimento do Deputado Wanderval aqui no Conselho?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não teve interesse em acompanhar?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, eu li o depoimento.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor leu?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Onde o senhor leu?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Eu peguei uma cópia no gabinete e li no gabinete.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A transcrição do depoimento.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor conversou com ele depois?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Entre o depoimento dele e a sua vinda aqui o senhor não conversou...



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ... em momento algum com ele?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, só no dia-a-dia.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Buscar na residência, trazer para o gabinete. Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas, sobre o depoimento...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sobre o assunto, não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nem sobre o seu depoimento aqui?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nenhuma conversa?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não. Eu só falei com ele porque eu é que estava na sexta-feira no gabinete, quando eu recebi o convite. Eu assinei e informei para ele: Olha, Deputado, estou recebendo o convite para ir na Comissão de Ética.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E ele não comentou nada.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor tomou a iniciativa de ler o depoimento dele aqui por iniciativa própria?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor quis saber.

Quando essa questão, o problema, veio à tona, através da imprensa, o senhor conversou com o Deputado Wanderval?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Imediatamente não, porque eu não estava em Brasília. Eu estava de recesso; eu estava fora de Brasília.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nem ele o procurou por telefone? Nenhum contato?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor. Porque o local em que eu estava, em Belém, lá não pegava celular.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Aí, quando o senhor voltou, aí conversaram.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E sobre o quê?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não. Ele perguntou por que eu não tinha passado para ele e em que ele estava envolvido. Tipo assim, que eu prejudiquei ele.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ah, ele fez uma crítica. O senhor o admoestou.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o que o senhor respondeu?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Eu não tinha o que responder. Eu só pedi para me retirar da sala dele. Eu falei: Deputado, eu só peço desculpas ao senhor. Eu pedi desculpas para ele pelo que eu fiz e fui para a minha residência.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o senhor acha que foi culpado mesmo? Ele não lhe autorizava a fazer tudo o que o Deputado Bispo Rodrigues pedisse?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor, mas não para prejudicar ele. Porque, se eu soubesse que era para fazer o tipo de serviço que eu fui fazer, eu não faria para prejudicar ninguém, não em si o Deputado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele cogitou demiti-lo?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não se falou desse assunto?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E ele teceu algum comentário sobre o procedimento de Bispo Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Só sobre o seu.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Criticou o senhor por ter feito isso?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o senhor não disse que apenas cumpriu ordens?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Foi o que eu respondi para ele.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E ele?



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Ele calado estava e calado ficou.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Bom, o senhor já não obedece às ordens de Rodrigues porque ele não é mais Deputado.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O que mudou na sua rotina de trabalho?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Diminuiu o trabalho.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Diminuiu o trabalho. *(Risos.)* O senhor trabalhava muito para Bispo Rodrigues.

O Deputado Wanderval já comentou sobre a perspectiva dele, não tendo problemas com este processo, de se recandidatar?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Isso, obviamente, é do interesse de quem trabalha com qualquer Deputado.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não comentou. O senhor não tem noção se ele trocou de domicílio eleitoral, eventualmente?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor não sabe disso, não tem nenhuma informação?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor afirmou que, no gabinete dos outros Deputados da Igreja Universal, os motoristas também faziam serviços para o Sr. Carlos Rodrigues. Como o senhor disse aqui que nunca comenta nada a respeito das suas atividades, como é que o senhor sabe disso, como é que o senhor tem essa informação?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Porque a ordem foi dada para todos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas como é que o senhor sabe que essa ordem é para todos os que trabalham com veículos dos mandatos ligados à Igreja Universal?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Quando eu fui trabalhar, a informação que eu tive era isto: obedecerem ao gabinete dele todos os motoristas.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas essa ordem quem lhe deu?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - O Pastor Valdeci Paiva.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pastor Valdeci.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E, com a saída do Pastor Valdeci, houve a informação de que esse sistema ia ser mantido, que ia continuar, quando o senhor começou a trabalhar com o Deputado Wanderval.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O sistema é esse?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - A mesma coisa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Todos servindo ao ex-Deputado Bispo Rodrigues, por ser ele o coordenador da bancada da Igreja Universal.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o Deputado Wanderval o admoestou por servir ao Bispo Rodrigues.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não entendi.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quer dizer, essa ordem antiga, de anos, de servir ao coordenador da bancada, o então Deputado Bispo Rodrigues, quando trouxe esse tipo de problema, acabou gerando uma repreensão do Deputado Wanderval a V.Sa....

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ... apesar de haver também a ordem de ele próprio servir ao Bispo Rodrigues, sem indagar, sem nenhum questionamento.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor considerou que ia deixar de trabalhar lá, ou em nenhum momento isso lhe passou pela cabeça?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Passou, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E quando esse tipo de preocupação, mais do que natural, dissipou-se, deixou de existir?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Pela matéria na imprensa.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas quando essa preocupação acabou, de perder o emprego?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, estou com a preocupação ainda de perder o emprego.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Espero que... Não, aqui certamente não... A sua presença aqui só o recomenda como cidadão.

A sua pretensão é a de continuar trabalhando ali?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E há outro Deputado hierarquicamente superior ao Deputado para quem V.Sa. trabalha agora?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Esse sistema, então, acabou...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ... com a renúncia do Deputado Bispo Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Com ele o senhor não falou mais nada? Com o Deputado Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Relator, se V.Exa. me permite. Até quando ele prestou esses serviços ao Deputado Carlos Rodrigues? Até antes... até o momento em que o Deputado Carlos Rodrigues renunciou ao mandato?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, até a nota na imprensa.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Até a nota na imprensa. Mas quando saiu a nota na imprensa, se não me falha a memória, o Deputado Carlos Rodrigues não era mais coordenador da bancada da Igreja Universal, e ainda assim esse vínculo se mantinha.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Pois não.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu quero fazer mais umas duas perguntas ao Sr. Célio.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Veja bem: aqui, a sua preocupação com o emprego, não é?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E, com essa preocupação, se soubesse de algum fato real a respeito dessas questões, que pudesse trazer algum prejuízo para o Deputado Wanderval, V.Sa. declararia aqui?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Declararia?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Declararia.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Quer dizer, o risco, o receio de perder o emprego não impediria o senhor de dizer alguma coisa desfavorável para o Deputado Wanderval? Está claro? Está entendendo o que estou falando?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Então responda.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Falaria.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Falaria?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor, depois de, pela imprensa, saber que estava no circuito do transporte de dinheiro de uma maneira que não é normal, considera que foi usado por alguém, pelo Deputado Wanderval ou pelo Bispo?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Pelo Bispo Rodrigues.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Foi usado pelo Bispo Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, apenas para concluir.

Sr. Célio, o senhor falou que estava... Quando o episódio de ir buscar um dinheiro no Banco Rural, envolvido em todo esse processo aí rumoroso, veio à tona,



através da imprensa, o senhor estava de férias ou durante o recesso de julho deste corrente ano?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o senhor chega no início de agosto, fim de julho. Desde o momento da reverberação, da divulgação da questão, até o senhor chegar aqui, no gabinete — imagino no final de julho ou em agosto —, o Deputado Wanderval não fez nenhum contato com V.Sa.?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nada?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nem o senhor se preocupou em contatá-lo? Mas lá, em Belém, a notícia chegou. O senhor soube, não, pela televisão?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor. Eu vi pela imprensa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o seu nome, lá, não deve ser nada agradável.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Bom, então, o senhor não teve nenhum contato?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Assim como entre o depoimento do Deputado Wanderval, aqui no Conselho, e a sua vinda aqui também não trocaram qualquer idéia sobre esse assunto?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Reserva absoluta de cada um. Não se conversa sobre isso?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É um assunto quase que tabu. Mas houve uma conversa, apenas uma, pelo que entendi, do Deputado Wanderval com V.Sa. sobre isso.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Muito advertido pelo que eu fiz. Só essa conversa.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele o chamou na sala dele?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E disse exatamente o quê? Porque é uma conversa sempre muito impactante, na sua condição. O senhor deve se recordar. Como é que foi exatamente isso?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Ele estava no gabinete. Aí eu cheguei de recesso. A ordem que eu tinha era de ir direto à sala dele. Foi aí que eu falei: Vou ser demitido. Ele me advertiu...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor comentou isso com alguém?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então, pensou, falou consigo mesmo?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso, pensei comigo mesmo. Ele me advertiu e tal, e pediu para eu me retirar da sala dele.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Advertiu. Mas em que sentido? Você não devia ter feito isso?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - É isso. Advertiu que eu não deveria ter feito isso. Mas eu cumpri ordem.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E pediu para você não comentar isso com mais ninguém?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, ele não fez nenhum comentário, não. Não pediu nenhuma reserva, não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Isso foi antes do seu depoimento à Polícia Federal?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não. Eu cheguei em Brasília e já fui direto para a Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ah, sim. No que chegou de viagem já havia uma intimação?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso. Eu já tinha sido convidado para ir à Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Convidado?



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor foi à Polícia Federal?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - É isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E foi no mesmo dia em que conversou com o Deputado?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Demorou?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Depois.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E também entre o seu depoimento à Polícia Federal e a conversa direta com o Deputado não houve nenhuma troca de idéia sobre isso?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o senhor foi ao gabinete outras vezes?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Depois do acontecido, sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, mas depois do recesso, depois da volta aqui a Brasília e do depoimento à Polícia Federal? Entre o depoimento à Polícia Federal e a conversa com o Deputado houve um espaço de tempo muito grande? O senhor se recorda?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quanto tempo?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Um dia.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Um dia?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Aí, o senhor logo foi conversar com o Deputado. E foi uma conversa rapidíssima?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele disse que...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - O Deputado é espontâneo. Ele fala assim e pronto, acabou. Duas palavras para ele são suficientes.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Para você também, não é?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Para mim?



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É bem lacônico, é bem econômico.
Mas as 2 palavras dele foram no sentido de que...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - De que eu tinha prejudicado ele...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - De que você tinha prejudicado ele.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - ... e tinha visto o tamanho do prejuízo.

Porque, no caso...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Você não disse nada?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não. Eu pedi desculpas para ele e perguntei se eu estava demitido. Aí, ele pediu para eu sair da sala. Não falou se eu estava demitido, não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Está certo.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Presidente, mais 2 indagações.
Pode ser? Rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Obrigado.

Sr. Célio, não houve contato nenhum do senhor, quando estava em Belém...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - ... com o Deputado?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Nenhum contato?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor usa telefone celular?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Uso.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E colocaria à disposição da Relatoria os registros deste período, do seu telefone?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Colocaria, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Poderia trazer espontaneamente?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Trago, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Pode trazer de todo o período. Usa mais de um aparelho?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não. Uso 1 aparelho.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim. E lá, onde estava, em Belém do Pará, tem telefone fixo?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor, porque eu estava com problema de saúde do meu pai. Meu pai é caminhoneiro. Aí, por meu pai estar com problema de saúde, eu fiz a viagem com meu pai. E o telefone que eu uso é o do gabinete.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Estava com você?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor. Eu, ao sair...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Quando viajou...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Ah, não?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Eu deixo no gabinete, porque ele é de uso do gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra o Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Conselheiros, gostaria de perguntar ao Sr. Célio se todos os representantes da Igreja Universal, motoristas, tinham como prioridade o atendimento ao Deputado Carlos Rodrigues?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Todos? Ele tinha também no seu gabinete um motorista?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Tinha sim, senhor.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Além de ele ter motorista no gabinete, todos os outros motoristas tinham prioridade para atender o Bispo Rodrigues.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor, por ele ser coordenador da igreja e porque ele atendia à bancada em geral. Todas as reuniões eram no gabinete dele.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sim, mas no gabinete dele tem motorista.



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, ele é reservado, ele mesmo que dirige o carro dele.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - No gabinete dele não tinha motorista, ele mesmo dirigia o própria carro.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Dirige o próprio carro.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - E os outros motoristas todos serviam ao então Deputado Carlos Rodrigues.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Nos gabinetes somente essa prioridade? Não existiam outros funcionários de gabinete que serviam ao ...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Se serviam eu desconheço.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Mas os motoristas sim.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Era comum então o senhor receber ligações diretas do Bispo Rodrigues para que o senhor pudesse fazer algum tipo de trabalho, de atividade?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sem passar pelo gabinete, nem pelo conhecimento do Deputado Wanderval?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - E o senhor fazia isso regularmente.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Fazia. Regularmente

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O senhor estava em Belém do Pará, na cidade ou no campo?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Em Belém mesmo.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Na cidade.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Na cidade mesmo.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Aí apareceu essa história na televisão, essas coisas todas?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - E o senhor ficou lá?



O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor, vim embora.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Veio logo embora?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Não ficou?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não fiquei.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - E aqui quando o senhor esteve no banco não tinha idéia de que era um banco?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Mas mesmo assim identificado o senhor foi e subiu para um ambiente bancário, onde o senhor recebeu o pacote, ou não era um ambiente de banco, era uma sala, onde é que era? Era um guichê? Como era o local?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Recebi por intermédio do banco mesmo, nas imediações do banco.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Imediações significa o quê?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - De frente para o balcão.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Tem um balcão.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - E alguém lhe deu um pacote.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O senhor assinou algum recibo?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O senhor perguntou o que era também?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Mas o senhor sabia o que estava transportando?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O senhor desce com esse pacote, entrega de volta onde?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Na residência do Deputado, no Lago Sul.



O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Do Deputado Bispo Rodrigues.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - E não há nenhuma informação para o Deputado Wanderval.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Em nenhum momento ele tem conhecimento desse tipo de ...

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Tem não, senhor.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - E o senhor agia normalmente dessa forma.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Não prestava contas ao gabinete do Deputado Wanderval de ações que o senhor fazia individualmente.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O senhor sabe do risco que corre com uma ação dessa?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Transportando um valor desse tipo e do risco que o senhor está correndo numa ação desse tipo. Tem consciência disso.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Tenho sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, só um detalhe.

O número do celular que o chamou quando pediu a encomenda, o senhor pode declinar aqui, aquele que pediu o contato vindo do gabinete do Deputado Carlos Rodrigues para o senhor, quando o senhor se dirigia para a garagem.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - 99635348.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E esse mesmo o senhor levou na sua viagem, em julho?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Aí tinha outro?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, tinha o do meu pai, é o que ele usa para ser motorista. Ele não estava comigo. Eu estava sem celular.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele é erradicado aqui em Brasília, o seu pai. E o senhor deixou esse telefone de contato aqui do gabinete.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - É porque esse telefone é do gabinete.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não, não mas o de contato num caso de emergência, no recesso, o senhor deixou aqui para o gabinete?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, eles têm o da minha casa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Tem o da sua casa. O senhor estava viajando.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Isso, ele me localiza na minha casa, que eu ligo freqüentemente em casa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E eles o procuraram na sua casa, o senhor sabe?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nesse mês de julho não procuraram.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, permita-me, porque é uma questão que para mim tem certa relevância.

O Sr. Relator havia perguntado se todos os motoristas prestavam serviço. Ele afirmou categoricamente. Eu perguntei novamente e ele disse que não sabe porque não conversa com ninguém e que ele faz o trabalho dele e vai para gabinete, fica sentado e não fala nada. Perguntei a ele com que certeza ele poderia afirmar e ele disse que pressupõe. O Deputado Colbert Martins novamente pergunta e ele afirma com segurança que todos. Eu queria que nós dirimíssemos isso.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, Deputado. A firmeza é pela reunião que teve no começo do mandato.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então, o senhor não tem certeza de que todos os motoristas prestavam? O senhor sabe que falaram que todos deveriam. Mas, se todos prestavam o mesmo serviço que o senhor prestava, o senhor não sabe?

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Muito obrigado.

O SR. CÉLIO MARCOS SIQUEIRA - Desculpe.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Está encerrada a inquirição da testemunha.

A Presidência tem a palavra do advogado que não pretende questioná-lo e, por isso mesmo, no encerramento, nós lhe agradecemos a presença, bem como ao advogado do Deputado a presença. Se necessidade houver, nós o convocaremos de novo, utilizando da boa vontade que o senhor tem demonstrado.

A Presidência coloca em discussão e votação o requerimento do Deputado Jairo Carneiro que requer o encaminhamento de diversas solicitações referentes à instrução do Processo n.º 8/05 contra o Deputado João Magno.

“Sr. Presidente:

Considerando que já existe um farto conjunto probatório produzido pelas Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito dos Correios e da Compra de Votos, e no intuito de evitar que sejam reproduzidas provas já existentes, requeiro a V.Exa., com fundamento no art. 11 do Regulamento, sejam postos à disposição deste Relator, como também do Representado, todas as provas que até o momento se encontram no Conselho de Ética, a fim de que possamos agilizar a conclusão dos nossos trabalhos.

Requeiro, ainda, sejam notificados o Representado e seus advogados, para que tomem ciência de toda a documentação ora existente neste Conselho, referente à Representação n.º 43, de 2005, contra o Deputado João Magno.

Outrossim, considerando que o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, arrolado como testemunha por essa relatoria, prestará depoimento também no Processo n.º 11/05, referente ao Deputado José Mentor, requeiro sejam o Deputado João Magno e seus advogados intimados para a oitiva do Sr. Marcos Valério também



neste processo em atenção aos princípios da ampla defesa, do contraditório do devido processo legal.

Finalmente, requiro sejam juntados aos autos do Processo n.º 8/05 cópias dos seguintes documentos dos autos da Comissão de Sindicância e das CPMIs dos Correios e da Compra de Votos:

- 1. notas taquigráficas do depoimento do Sr. Marcos Valério nas CPMIs dos Correios e Compra de Votos, assim como os relatórios dessas CPMIs relativos ao Deputado João Magno;*
- 2. notas taquigráficas da 18ª reunião, de 29/06/05, convidado o Sr. Marcos Valério (caixa 7 , volume 14, fls. 95, 133);*
- 3. ofício de representação contra o Deputado João Magno (caixa 11, volume 21, fls. 232 - 277.*
- 4. termo de Juntada do Coordenador da Comissão de Sindicância, Deputado Ciro Nogueira, determinando anexar aos autos a documentação anexa pertinente ao Deputado João Magno, assim como a referida documentação (caixa 13, volume 25, fls. 02);*
- 5. notas taquigráficas da 40ª reunião, de 20/09/05, convidado o Deputado João Magno (caixa 18, volume 36, fls. 4786-494);*
- 6. defesa apresentada pelo Deputado João Magno à Corregedoria em 26/09/05, inclusive os anexos (caixa 20, volume 39, fls. 26- 274.”*

O requerimento é datado de 22 de novembro, assinado pelo Deputado Jairo Carneiro.

Requerimento do Deputado Jairo Carneiro.

“Requer o encaminhamento de solicitação referente à instrução do Processo nº 08, de 2005, contra o Deputado João Magno.



Sr. Presidente:

No exercício das atribuições de Relator do Processo nº 08/05, requero a V.Exa., ouvido o Plenário deste Conselho, seja o Deputado João Magno, assim como seus advogados, intimado para que tome conhecimento de que deverá se defender também da tipificação contida no art. 4º, inciso II do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

A iniciativa prende-se à omissão ocorrida na Representação contra o Deputado João Magno, objeto do supracitado processo, e visa garantir ao Representado a mais ampla defesa, nos termos dos arts. 5º, LV, e 55, § 2º, da Constituição Federal.”

Assinado pelo Deputado Jairo Carneiro em 22 de novembro de 2005.

Os Deputados que queiram discutir os 2 requerimentos queiram se manifestar. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Deputados que aprovam os 2 requerimentos queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Estão tão perfeitos, nobre Deputado, que temos que fazer isso.

Aprovado por unanimidade.

Requerimento do Deputado Moroni Torgan:

“Requer encaminhamento de solicitação para instrução do Processo nº 54/05 instaurado contra o Deputado Vadão Gomes.

Senhor Presidente:

No exercício da Relatoria da Representação nº 54/05, da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, processo instaurado contra o Deputado Vadão Gomes, requero a V.Exa. seja deferida a intimação do Representado e seus advogados, a fim de que tenham conhecimento expresso de que devem também



defender-se dos atos descritos no art. 4º, inciso II, do Código de Ética e Decoro Parlamentar, combinado com o art. 55, § 1º, da Constituição Federal.

Tal requerimento se faz para salvaguardar o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, impondo-se para o andamento correto do feito.”

Já começou a Ordem do Dia.

Os Deputados que queiram se manifestar a respeito têm a palavra.

Em votação.

Aprovado.

Finalmente, requerimento do Sr. Moroni Torgan:

“Solicita ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar convidar o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza e o Sr. Delúbio Soares para prestar esclarecimento referente à Representação nº 54/05 da Mesa Diretora.

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 11 do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, requeiro que sejam convidados a testemunhar os Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza e Sr. Delúbio Soares com o objetivo de instruir a Representação nº 54/05 da Mesa Diretora.”

Assina o Deputado Moroni Torgan.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente, por segurança, é melhor que nós votemos esse requerimento na próxima reunião e o anterior também.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, inclusive há um requerimento meu que eu tenho muita urgência, mas, por cautela, como começou a Ordem do Dia, eu prefiro que V.Exa. não o submeta à votação. Com certeza, ele será questionado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - *Ad cautelam*, a Mesa acolhe as 2 observações e as 2 recomendações.



Vamos convocá-los, os Srs. Conselheiros, para reunião a realizar-se na quarta-feira, 30 de novembro, às 14h. A pauta é a seguinte: testemunhas arroladas pela defesa no Processo nº 11/05, Representação nº 47, instaurada contra o Deputado José Mentor, Paulo Roberto Falcão Ribeiro e Rubens Approbato Machado, e também viria, mas não vem mais, Jacinto Lamas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Perfeitamente, nobre Deputado.

Está encerrada a reunião.